
Wagner Gonzaga Lemos

A História da Literatura Brasileira nos bancos da escola: peça-chave no tabuleiro da legitimação



A História da Literatura Brasileira nos Bancos da Escola:

peça-chave no tabuleiro da legitimação



Wagner Gonzaga Lemos

**A História da Literatura Brasileira
nos Bancos da Escola:
peça-chave no tabuleiro da legitimação**



Copyright © Wagner Gonzaga Lemos

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

Wagner Gonzaga Lemos

A História da Literatura Brasileira nos Bancos da Escola: peça-chave no tabuleiro da legitimação. Coleção Labelle. Vol 15. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 70p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-2284-4 [Impresso]

978-65-265-2285-1 [Digital]

1. Literatura brasileira. 2. Historiografia Literária. 3. Ensino. 4. Legitimação. I. Título.

CDD – 800

Capa: Marcos Della Porta

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB – 8-8828

Revisão: Ana Maria Bernardes de Andrade

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patricia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2025

Apresentação

Em maio de 2025, o LABELLE – Laboratório de Estudos de Literatura e Cultura da *Belle Époque* completou seus primeiros dez anos. Como desconfiávamos, num país desigual e que pouco valoriza a pesquisa em ciências humanas, isso não é pouca coisa. Foi uma década pautada por muito trabalho, em sintonia com a intensa atividade dos professores, investigadores e alunos que integram o grupo.

A nosso ver, não haveria forma mais eloquente de celebrar essa efeméride que convidando os membros do LABELLE a publicizarem ensaios relevantes de sua autoria. Foi justamente com esse propósito que a coleção *Ensaio* foi concebida, planejada e conduzida, em parceria com a Pedro & João Editores.

Como o leitor perceberá, os títulos abordam temas situados temporal e espacialmente, com vistas a aprimorar, quando não problematizar, certas perspectivas relacionadas aos estudos em torno do que se convencionou chamar de “Pré-Modernismo” e/ou *Belle Époque* – quer dizer, o período aproximado entre as décadas de 1870 e 1920, no Brasil.

Colaboradores de diversas instituições analisam exaustivamente a atuação cultural e a produção literária de escritoras e escritores. A pluralidade dos temas e dos métodos de abordagem é emblemática: dialoga com a diversidade que sempre caracterizou o Laboratório de Estudos de Literatura e Cultura da *Belle Époque*. Essa variedade certamente responde pelo êxito dos eventos promovidos e realizados por este grupo de estudos, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Todos os títulos da coleção serão disponibilizados simultaneamente no portal do LABELLE e no site da Pedro & João, casa editorial que prontamente acolheu o projeto. Somos muito gratos a Pedro Amaro e João Rodrigo, pelo intenso

diálogo e troca de ideias que permitiram aquilatar o impacto visual dos *ebooks*. Agradecemos igualmente aos colegas que nos confiaram seus trabalhos.

Cremos que esses livros desempenham diversos papéis, sobretudo dois: (1) o de mostrarem que, afora alimentar o prazer da leitura, a arte literária pode estimular a reflexão sobre as instituições, ou seja, o que está aí e precisa ser constantemente repensado; (2) o fato de que os coletivos geram maior energia e impacto que a pesquisa de seres isolados devido às contingências que induzem a competição entre pares e a concorrência entre colegas de trabalho, embora os interesses sejam os mesmos...

Esperamos que os títulos da coleção *Ensaio* sejam um modo eficaz e eficiente de engajar seus leitores, trazendo-os para a arena do combate cultural e político. Como se vê, as tarefas não são modestas; nem as ambições, pequenas. Por sinal, elas reforçam o empenho do LABELLE em promover os estudos de caráter interdisciplinar em torno dos objetos literários, derivando daí o propósito de estimular o diálogo entre a literatura e as outras artes – situadas em tempos e lugares que carregam traços identificáveis das tensões brasileiras, ainda hoje.

*Carmem Negreiros &
Jean Pierre Chauvin*

*Morro ou campo? Tal era o problema.
De repente disse comigo que o melhor era a escola.*

(Pilar, personagem de Machado de Assis,
em *Conto de escola*)

Sumário

Introdução ou o vestíbulo de uma conversa.....	11
A pena é mais forte do que a espada: de legitimação e letrados	23
Uma cadeira ao sol: a profissão docente	25
O lugar do docente e a simbologia do Colégio Imperial	28
História da Literatura: um gênero vencedor.....	33
Um lucro de ordem moral: a questão dos livros	51
Fios invisíveis: a proveitosa rede de contatos	63
Epílogo.....	67
Sobre o autor	69

Introdução ou o vestíbulo de uma conversa

A instância escolar e seu papel na consolidação do cânone literário brasileiro nem sempre são vistos com a importância que merecem. Quando se efetuam análises de obras de historiografia literária, são excluídos aspectos diversos que, em geral, são elencados como prioritários na análise das obras de ficção, tais como condições de produção e recepção, finalidades da obra e elementos biográficos de seus autores.

Dentre esses esquecimentos, causa estranheza o fato de que, mesmo sendo docentes, muitos de nós ignoramos a condição de magistério presente na vida de boa parte dos homens de letras do século XIX e parte do século XX. Há uma diminuição do valor desse componente na vida dos intelectuais brasileiros, como se a docência fosse uma atividade de menor importância, e as obras desses autores, em especial, as histórias literárias, não viessem de algum modo marcadas por qualquer traço dessa prática cotidiana dos escritores. Apesar de não faltarem casos de homens de letras que se dedicaram ao magistério, não se costuma sobrelevar a atuação docente como uma referência a ser criteriosamente observada. Estabelece-se uma espécie de aura em torno da produção intelectual, como se esta não fora designada em um momento específico para atender às necessidades da respectiva época e, muitas vezes, voltadas para um público discente.

Quando observados os períodos do século XIX e o começo do XX, temos muitos casos em nossa história cultural de homens ilustrados que atuaram no ensino. O Brasil apresenta um amplo rol de autores que trazem esse perfil. Figuras como Joaquim Norberto, Gonçalves de Magalhães, passando pelo cônego Fernandes Pinheiro, Tobias Barreto, Sílvio Romero, José Veríssimo, João Ribeiro, Laudelino Freire e, mais recentemente,

Manuel Bandeira formam uma lista significativa de autores que se dividiram entre a docência e a produção de obras de história e/ou crítica literária, entre outros gêneros. No entanto, nas obras que tratam de determinados intelectuais, a docência, quando citada, em geral, limita-se a um item meramente biográfico e sem maiores repercussões na atuação daquele personagem. Boa parte dos pesquisadores põe ao longe o fato de que Romero, Veríssimo, João Ribeiro, entre outros, eram professores. É como se pensássemos que enxergar suas obras pela perspectiva da atuação docente seria um demérito à história deles.

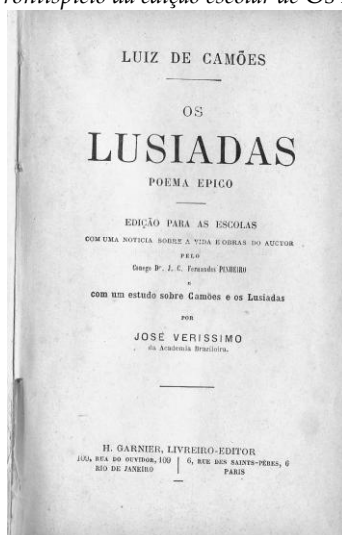
Ao fazermos isso, parece que nós, pesquisadores, habitualmente também professores, incorporamos a pouca valia dada à nossa carreira e vamos paulatinamente sendo convencidos de que a docência é de fato um item menor e, assim sendo, deve ser ignorada. Como se já não bastassem os governos, algumas instituições de ensino e certas figuras da sociedade considerarem nossa profissão algo reles, torna-se crível que fomos acometidos pela ideia de desvalorização à carreira do magistério e empregamos esse critério em nossas análises. Não observamos, por exemplo, o fato de que, nessa carreira, muitos de nossos autores ocupavam a maior parte do seu tempo e dela tiravam o sustento. Desse modo, não se trataria de uma atividade agregada, um mero detalhe, mas, sim, o cerne da produção, pois lhes atravessava a vida.

Assim, muitos de nossos historiadores declinaram de estabelecer relações entre a produção das obras e as finalidades destas. Livros de uso escolar em geral não ocupam lugar de destaque em sínteses biobibliográficas, sendo muitas vezes omitidos. É emblemático o caso da edição escolar de *Os lusíadas*¹ publicada pela editora Garnier. Nesse volume, foram reunidos

¹ CAMÕES, Luiz de. *Os lusíadas*. Edição para as escolas com uma notícia sobre a vida e obras do autor pelo Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro e com um estudo sobre Camões e *Os lusíadas* por José Veríssimo da Academia Brasileira. Rio de Janeiro: Garnier, 1899.

textos do cônego Fernandes Pinheiro e de José Veríssimo sobre o poeta soldado e sua produção. A despeito da importância dos três nomes envolvidos, a obra não aparece nas bibliografias de Pinheiro ou de Veríssimo. Essa ausência só se justificaria ou pelo fato de se atribuir um valor menor ao segmento didático; ou pela raridade bibliográfica, que teria impossibilitado que o compêndio fosse elencado, tendo permanecido ignorado por bastante tempo. A primeira hipótese me parece mais plausível.

Fig. 1: Frontispício da edição escolar de *Os lusíadas*.



Fonte: Acervo do autor.

A questão do ensino, especialmente relacionada à Literatura, encontrou guarida nos estudos do professor Roberto Acízelo de Souza, cuja obra *O império da eloquência*² trouxe um perfil da transformação da cadeira de Retórica e Poética em Literatura Nacional, oferecendo um cabedal de informações curriculares, quadros de livros didáticos e professores do período oitocentista no Colégio Pedro II, em que, pelo recorte e

² SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ; EdUFF, 1999.

finalidades adotados, ficaram de fora Romero e Veríssimo. Todavia, em outras duas obras, *Introdução à Historiografia da Literatura Brasileira*³ e *História da Literatura: trajetória, fundamentos, problemas*,⁴ Souza tratou, ainda que brevemente, de Romero como autor de livros didáticos.

Até então era o único pesquisador a dar atenção mais alentada ao tema, mesmo assim sem poder aprofundá-lo, haja vista as obras serem apresentações de quadros mais gerais, conforme o que estabeleceu como meta para elas. No entanto, ao se debruçar sobre o tema da História da Literatura na esfera escolar, abriu caminhos que me despertaram a atenção para um papel bem maior da questão educacional e seus desdobramentos no cânone literário brasileiro, bem como na constituição de um incipiente campo literário entre nós, aspectos que, somados a outros, deram-me o norte da tese⁵ que defendi e cuja temática se estreita com este ensaio. Souza apropriadamente chamou a atenção para os reflexos da História da Literatura no âmbito escolar e já indicava a pedra que divide as águas na figura de Sílvio Romero:

A história da literatura é cronologicamente a primeira das realizações modernas no campo mais de duas vezes milenar dos estudos literários. Seus marcos inaugurais se situam no começo do século XIX, e logo ela se tornaria a referência básica no ensino das letras, mais ou menos de meados daquele século até a atualidade. Assim, se inicialmente se tratava de empreendimento intelectual arrojado e de ponta, em pouco tempo passou a

³ Idem. *Introdução à Historiografia da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

⁴ Idem. *História da Literatura: trajetória, fundamentos, problemas*. São Paulo: É Realizações, 2014.

⁵ LEMOS, Wagner Gonzaga. *Literatura, ensino e legitimação: Sílvio Romero e José Veríssimo em combate*. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – USP, São Paulo, 2019.

integrar o sistema de educação nacional de diversos países, inserida que foi nos currículos como matéria escolar.

Desse acelerado percurso temos um bom exemplo brasileiro: em 1888 Sílvio Romero publica sua *História da Literatura Brasileira*, obra situada nas fronteiras do conhecimento da época; poucos anos depois, em 1906, aparece sua redução didática, o *Compêndio de História da Literatura Brasileira*, manual destinado a subsidiar o ensino da disciplina nos colégios do País.⁶

Esse foi o mote que me direcionou em uma linha de estudos que me ocupou em discutir como este sistema educacional teve relevância como artífice na construção das histórias literárias. Dessa maneira, a atividade docente; textos ligados a temas da Educação, somados a outros fatores que asseguravam legitimação no contexto do Brasil do século XIX e início do XX, apontaram-me que a instância escolar demandava um olhar mais acurado e justo sobre si. A partir disso, defendi que o uso didático de um livro não o faz menor, mas pelo contrário, garante-lhe uma posição privilegiada e propiciadora de se firmar em um espaço canônico que é o ambiente dedicado ao ensino. Sobretudo, quando aludimos ao conceito do que é “clássico: o que é digno de ser modelo para ser ensinado nas classes”,⁷ ou seja, aquilo que é considerado parâmetro para ser ministrado. A estruturação dessa linha em minha trajetória acadêmica, que se ancorou com o respaldo da defesa de tese, passou, sobretudo, por um olhar bastante pessoal no que se refere à profissão docente, haja vista que, em razão de minha vivência no ensino da Literatura, pude refletir em uma perspectiva diferencial. Assinalo que, ao estudar a produção de autores como Sílvio Romero, José Veríssimo, João Ribeiro, Manuel Bandeira, dentre outros, cujas trajetórias estiveram

⁶ SOUZA, op. cit., 2014.

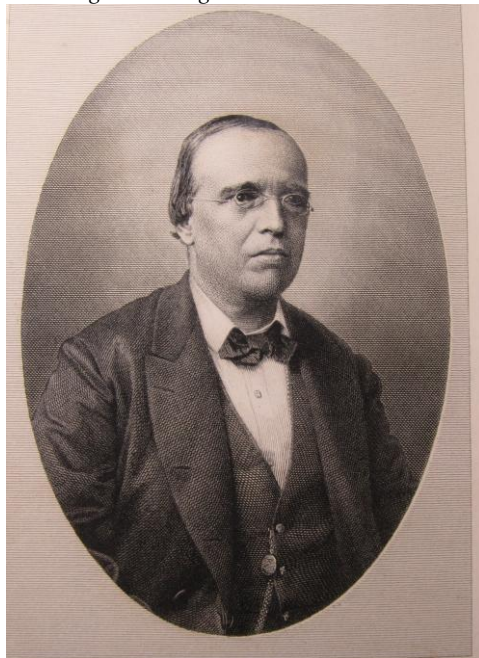
⁷ AULETE, Caldas. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007, p. 73.

eminentemente vinculadas ao ensino, notava a presença constante de obras sobre a História da Literatura. Com base nisso, entendi que as obras que produziram tinham uma intrínseca relação com a atividade docente, mais que isso: iria além, essa relação seria um dos itens de um esboço de sistema cultural destinado a promover a legitimação social desses autores.

Ao analisar algumas dessas figuras, vi que atendiam a determinados requisitos que se estruturavam no seguinte elenco: o exercício da função docente, primordialmente em uma instituição de prestígio, mas também a sua atuação como pensadores a respeito da educação, não apenas meros executores do processo; e o pertencimento a instituições culturais de renome e a produção de obras didáticas, o que trazia, além do retorno financeiro, a notoriedade no meio editorial em um segmento de público certo e a validação como autor canônico, tendo em vista que a instância escolar confere esse *status*; além, claro, de outras produções bibliográficas, preferencialmente em distintas áreas do conhecimento, marcando, por meio da poligrafia, uma égide de erudição. Outro ponto importante era que tais publicações deveriam ser lançadas sob selos editoriais de renome, o que certificava uma proeminência maior.

Na fase pós-Independência, encontramos no cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro a voz inicial da consolidação do gênero História da Literatura no segmento didático. Ele foi, entre nós, o inaugurador desse esboço de sistema ou, pelo menos, o mais bem-sucedido no manejo desses elementos, ganhando destaque e legitimação social.

Fig. 2:– Cônego Fernandes Pinheiro.



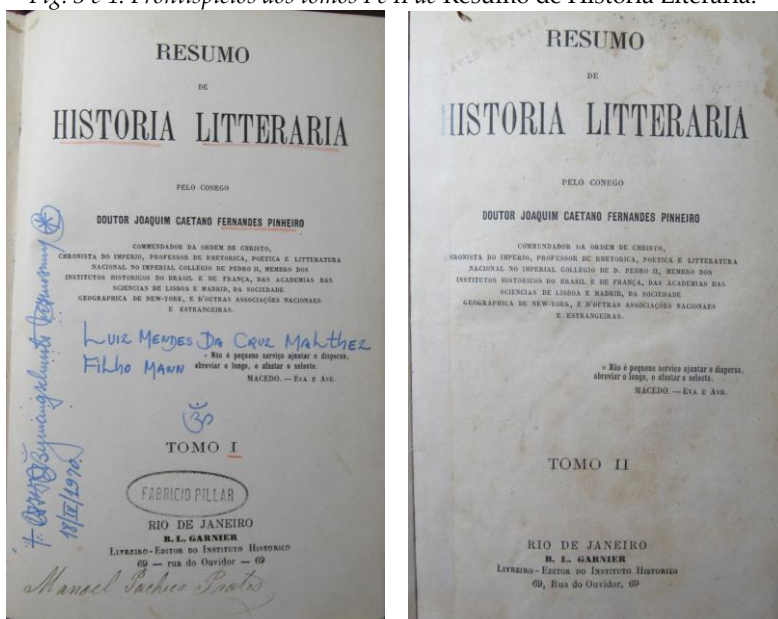
Fonte: Curso de Literatura Nacional, 1883.⁸

Nele identificamos, em uma bem articulada prática, a junção dos aspectos já citados: era docente concursado do Colégio Pedro II, membro de diversas instituições, com destaque para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde ocupava a função de secretário, sócio do Instituto Histórico de Paris e, igualmente, possuía uma larga e rentável produção de obras didáticas, mas também de outros títulos, com o indelével signo da variedade de temas. Sem adentrar na seara de avaliar os defeitos ou virtudes de sua História Literária, a qual, em geral, recebeu muitos senões dos críticos que sobre ela se debruçaram, faz-se, porém, necessário, por dever de justiça, um reparo à sua imagem. A visão um tanto

⁸ PINHEIRO, Fernandes. *Curso elementar de Literatura Nacional*. 2. ed. melhorada. Rio de Janeiro: Garnier, 1883.

acanhada e limítrofe de Pinheiro na construção de sua narrativa de História Literária refletia o seu momento, como não poderia deixar de ser, e atendia às necessidades do período romântico e à construção de um discurso de nação.

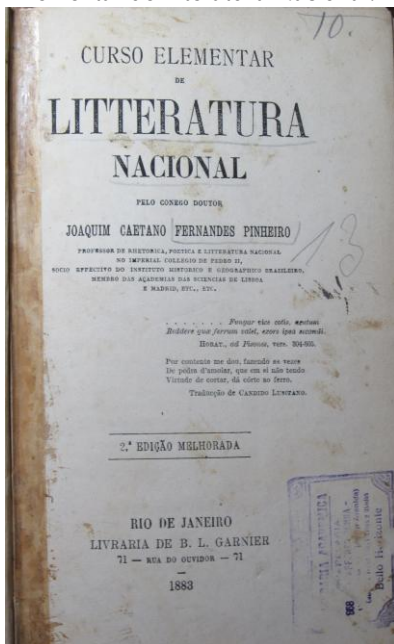
Fig. 3 e 4: Frontispícios dos tomos I e II de *Resumo de História Literária*.⁹



Fonte: Acervo do autor.

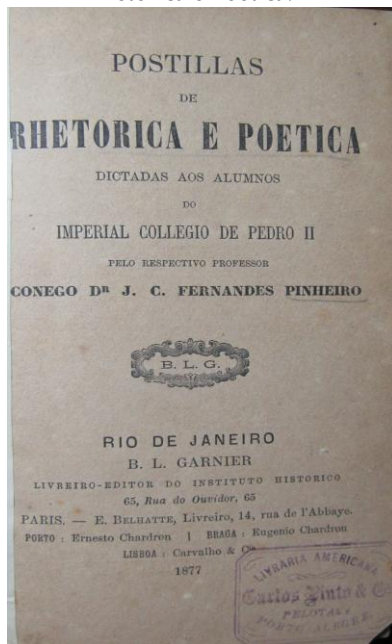
⁹ PINHEIRO, Fernandes. *Resumo de História Literária*. Rio de Janeiro: Garnier, 1873.

Fig. 5: Frontispício do Curso Elementar de Literatura Nacional.¹⁰



Fonte: Acervo do autor.

Fig. 6: Frontispício de Apostilas de Retórica e Poética.¹¹



Fonte: Acervo do autor.

Mais adiante em nossas letras, sobressaíram Sílvia Romero e José Veríssimo, aos quais se atribui a característica de terem perseguido destaque em um sistema de legitimações. Buscavam algo equivalente ao que desfrutara Fernandes Pinheiro, não necessariamente em uma cópia das ações do cônego, cujos livros lhe foram objeto de instrução,¹² mas, sim, em utilizar as mesmas

¹⁰ PINHEIRO, Fernandes. *Curso elementar de Literatura Nacional*. Rio de Janeiro: Garnier, 1862.

¹¹ Idem. *Apostilas de Retórica e Poética*. Rio de Janeiro: Garnier, 1877.

¹² Quando Romero e Veríssimo fizeram estudos secundários, as obras de estudo eram de autoria de Pinheiro. No caso do paraense que estudou no Colégio Pedro II, não foi possível determinar na busca nos arquivos se chegou a ser aluno do cônego, no entanto, é garantido que foram coevos na instituição.

ferramentas para a ascensão do nome. Disso sobreviriam divididos tais como indicação para cargos e bancas, publicação de livros didáticos com vistas aos lucros financeiro e moral que esse segmento proporcionava, além, claro, de um desejo de ter o lastro de glória e vaidade pessoal a fim de marcar o nome para a posteridade. Assim, há nessa tríade um jogo estratégico que se constituía em mover-se bem no tabuleiro das legitimações em um campo e galgar êxito. O que, no caso brasileiro, era pertinente, segundo José Murilo de Carvalho:

No caso brasileiro, o uso da ideia de campo para o nosso século XIX é problemático, porque uma das características desse século no Brasil é a indiferença entre esferas, entre o campo intelectual, o campo artístico e o campo político, por exemplo. Então, nesse sentido, o conceito é rico, mas tem limitação pela própria historicidade.¹³

Nesses três docentes, observa-se também um caráter diferenciado, tendo em vista que eram profissionais que não se limitavam ao papel de meros executores de um serviço de aulas, mas eram professores que pensavam, debatiam a Educação, refletiam sobre o processo, os métodos e suas finalidades, como o provaram textos inéditos de Fernandes Pinheiro, Sílvio Romero e José Veríssimo tratando desse tema,¹⁴ os quais abordei em meu doutorado.¹⁵

Assim, neste breve texto, trato das ideias de campo e exponho o conjunto de elementos que considero formadores do

¹³ CARVALHO, José Murilo de. Posfácio. In: _____. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 117.

¹⁴ Outros temas apareceram também em material inédito, tais como uma carta de Fernandes Pinheiro ao Barão de Mauá avisando-lhe acerca de um folheto difamatório em alemão, o último caderno de anotações de Sílvio Romero e estudos que o sergipano fez sobre Gonçalves Dias, Castro Alves e Euclides da Cunha.

¹⁵ LEMOS, op. cit.

mecanismo de legitimação social vinculado à História da Literatura e as cátedras de ensino. Elenco, assim, a carreira docente, mas com a diferencial perspectiva de que o professor não era apenas ministrante de aulas, mas um pensador sobre Educação; a produção de textos com a marca da poligrafia, mas, em especial, de obras com fins didáticos, publicados sob selos editoriais de prestígio; o pertencimento a instituições culturais de renome; a consolidação do gênero História da Literatura apontando-lhe o liame com a ideia de identidade nacional,¹⁶ posteriormente como um entrelugar de Belas Letras e Ciência, e, por fim, com a instância educacional, fator que a fez se firmar entre nós e foi elemento imprescindível na formação do cânone literário brasileiro.

¹⁶ “A palavra nacional, nesse caso, deve ser entendida em dois sentidos: por um lado, no sentido de particularizar e individualizar uma identidade que se afirmava por oposição à Europa; por outro lado, no sentido de generalizar, sobrepor-se às particularidades, construindo uma ideia de nacional em oposição, não só ao estrangeiro, mas ao local ou provincial. Afinal, não podia ser unívoco o uso da literatura para afirmar-se como brasileiro, em um momento em que o próprio Brasil como unidade era em parte ainda um projeto, em parte uma realidade já ameaçada.” CANO, Jefferson. Nação e ficção no Brasil do século XIX. *História Social*, Campinas, n. 22, 2012. Disponível em <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/1201/834>>. Acesso em 29 ago. 2025.

A pena é mais forte do que a espada: de legitimação e letrados

Todo homem que empunha uma pena no Brasil...
(Sílvio Romero, *História da Literatura Brasileira*)

O verbo empunhar ser empregado tanto para a palavra espada quanto para pena é o mote que faz pensar nas lutas travadas no Brasil de fins de século XIX e início de XX. Naquele contexto, as arenas não tinham o combate físico, embora as vias de fato ou a intimação para um duelo não fossem descartadas por vezes,¹⁷ mas eram embates travados nas páginas de livros e jornais, assim como nos espaços de intelectualidade, em que cada adversário procurava o golpe mais certo que fizesse sucumbir seu opositor. Nessa esgrima, balestras, estocadas, flechas, reprises e afundos não eram com floretes e sabres, mas com artigos virulentos, livros inteiros ironicamente dedicados a um desafeto, com a publicação sob o selo editorial de maior respaldo, as nomeações para este ou aquele cargo, a representatividade em sociedades culturais, a docência na instituição mais respeitável, o melhor contrato de publicação e outras articulações utilizadas numa rede de contatos e

¹⁷ O perfil biográfico do poeta gaúcho Pardal Mallet, disponível no endereço eletrônico da Academia Brasileira de Letras, registra que este duelou com floretes com Olavo Bilac, que feriu sem gravidade o primeiro no abdômen, o que, segundo as regras do duelo, o fez perder. O mesmo Bilac, ainda segundo Brito Broca, quase travou duelo com o romancista Raul Pompeia (cf. BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil, 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004). A minutos da luta, já na presença dos padrinhos, o autor do *Hino à Bandeira* desistiu e deu Pompeia por vencedor. Disponível em <<http://www.academia.org.br/academicos/pardal-mallet/biografia>>. Acesso em 20 jun. 2018.

confronto de forças em busca de distinção¹⁸ naquele cenário em que se esboçava um campo.

Ao nos determos na história das letras nacionais, notamos que havia dentre as nossas figuras mais eminentes uma busca para alcançar e manter esse reconhecimento. Assim, lançavam mão de estratégias que lhes propiciassem visibilidade, autoridade e trouxesse dividendos não apenas de caráter moral, mas também financeiros, haja vista que temos prosaicas preocupações. Eram ferrenhas as disputas por legitimação nas arenas intelectuais. Nelas, fazer sangrar o adversário, proteger-se dele e de outros tantos inimigos de menor porte representavam mais do que a notoriedade, significavam também uma questão de sobrevivência econômica.

Esse esboço de sistema se engendrou entre nós a partir do período pós-Independência, sob a ideia de que se fazia necessário atender aos requisitos do que se entendia como nação independente. Um desses elementos, gozando de especial atenção, era a Literatura, a qual deveria ser própria, desvinculada de Portugal, com vistas a caracterizar o novel país como um ambiente de cultura letrada, civilizada. Durante o nosso século XIX, os homens de letras incorporaram a missão de moldarem esse construto civilizado, que ecoou com características semelhantes até as duas primeiras décadas do século XX. Depois disso, houve no país mudanças no perfil dessas panelinhas literárias,¹⁹ ganhando as configurações dos novos tempos de guerra, na política e na produção letrada. Nos

¹⁸ “O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio.” BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 145.

¹⁹ Expressão corrente na época para, pejorativamente, tratar dos grupos de escritores. Cf. BROCA, op. cit.

jornais, nos livros, nas agremiações culturais e nas instituições educacionais, os combates com as armas da palavra se tornaram cada vez mais agudos, e os barões assinalados, os homens de letras, buscavam alcançar cada vez mais legitimação, enquanto impunham sua compreensão de país aos demais.

A instância escolar, por seu caráter canônico, tornou-se um elemento de suma importância no repasse dos valores para o novo modelo de país. A profissão docente, elemento fundamental na formação de novos espíritos, agregava uma missão patriótica e civilizatória atribuída ao ensino. Imbuídos dessa missão educacional, muitos de nossos docentes buscaram notoriedade e se estabeleceram como peças bem ativas nas engrenagens do incipiente cenário letrado brasileiro.

Uma cadeira ao sol: a profissão docente

Uma cadeira ao sol, metáfora de Drummond²⁰ para o tempo, é uma das imagens das quais nos reapropriamos para designar o lugar do docente no período do entresséculos XIX e XX. A carreira do magistério no Brasil, mesmo com todos os entraves da labuta cotidiana e o pouco valor social em relação a outras profissões, constituiu-se em um pequeno porto seguro. Inicialmente era um trabalho das missões religiosas, depois passou a ser uma profissão regulamentada pelo Estado em 1759.²¹ Importante registrar que essa mudança nas diretrizes foi um desdobramento da expulsão dos jesuítas, o que fez com

²⁰ ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p. 1050.

²¹ O Alvará Régio publicado sob diretrizes pombalinas efetuou diversas alterações no ensino, mas, sobretudo, tomou para as mãos do Estado português a nomeação de professores. Cf. LEMOS, Wagner Gonzaga. Arte da gramática da língua portuguesa: um compêndio a serviço das reformas de Pombal. In: OLIVEIRA, Luiz Eduardo (org.). *A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)*. Maceió: Edufal, 2010.

que, subitamente, as cátedras ficassem vazias. Esse foi apenas um dos muitos imprevistos que a nossa História da Educação conheceria e ainda hoje sofre.

Entretanto, no campo educacional, os passos mais consistentes (ainda que achemos mal-ajambrados) só vieram no século XIX, a partir da transferência da Corte em 1808. Citar esse evento, embora pareça recorrer a um lugar-comum, é evitar incidir em grave lacuna histórica. A presença joanina deflagrou um processo irremediável para o Brasil. A colônia mais rica tornou-se sede do reino lusitano, sendo a criação de instituições como o Banco do Brasil, o Museu Nacional, a Imprensa Oficial, a Biblioteca Nacional e a abertura de cursos superiores transformadores do perfil das terras brasileiras.

Contudo, no que tange à Educação, durante o Oitocentos brasileiro, não havia um sistema bem organizado, abrangente e que dirimisse a nossa condição de terra de iletrados. Nem a Independência, nem o período imperial ou mesmo o republicano foram capazes de mudar esse quadro. Éramos uma nação extensa, plena de contrastes, e a ascensão nos estudos abarcava, com raríssimas exceções, somente um número bem restrito de privilegiados, principalmente no que concerne ao ensino superior. Justamente por isso a profissão docente guardava, apesar da remuneração baixa,²² certa aura de respeito e consideração daquela sociedade e era um item de distinção. Entretanto, a história do país nos mostra que a carreira, não só hoje, mas há muito, tem tido seu valor relegado a patamares inferiores diante de outras profissões. Ainda assim, era superior na escala social aos trabalhadores de serviços braçais, como estivadores, tigres,²³ sapateiros ou entalhadores. Por outro lado,

²² Diversas são as referências à baixa remuneração do magistério. Um dos necrológicos de Silvio Romero, por exemplo, citou o fato de ter vivido “em vida pobre de professor”. Cf. O SÉCULO, Rio de Janeiro, 20 jul. 1914.

²³ Carregadores de barris com excrementos.

estava bem abaixo de outros como médicos, advogados e engenheiros. Nada muito diferente de nosso tempo.

Como se não bastasse a desvalorização histórica da categoria, vemos que muitos de nossos estudos desconsideram a relação entre a atuação docente e a produção de obras. Isso soa como se a práxis de sala de aula de algum modo desonrasse ou diminuísse a pujança intelectual dessa ou daquela obra, arrancasse seu brilho. No entanto, se, nos estudos literários, já incorporamos há bastante tempo que a arte literária não é, de modo algum, fruto de uma inspiração metafísica, mas que está fortemente vinculada ao contexto social, não é plausível que, ao analisarmos obras de história literária, deixemos de lado os fatores que constituíram o momento de produção e recepção do texto.

No início do século passado, Sílvio Romero e João Ribeiro, em seu *Compêndio de História da Literatura Brasileira*,²⁴ embora impregnados de uma perspectiva que grassava na época e que definia a literatura como um resultado do meio, da raça e do momento histórico, avançavam ao romperem com a ideia de abstração e imaterialidade, que fora durante muitos anos imposta à produção literária, e entendiam que o fator social é de suma relevância nos delineamentos de uma obra:

A literatura brasileira não se furta às condições gerais de toda literatura antiga ou moderna – ser a resultante de três fatores fundamentais: o meio, a raça, as correntes estrangeiras. Da ação combinada destes três agentes, atuando nas ideias e nos sentimentos de um dado povo, é que se originam as criações espirituais a que se costuma dar o nome de literatura. É que se deixou de ver em tais criações a obra do acaso, do capricho, ou das imposições de um poder estranho qualquer. Eram estas últimas presumidas manifestações da metafísica do absoluto em

²⁴ ROMERO, Sílvio; RIBEIRO, João. *Compêndio de História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.

tal ordem de assuntos. A crítica moderna desterrou de seu seio esta classe de fantasmas. É que chegou definitivamente a estabelecer que era a literatura apenas um ramo das criações artísticas, a arte da palavra escrita ou falada, que, como toda a arte, não passa de um capítulo da sociologia, qual acontece à religião, à moral, ao direito, à política, à ciência, à indústria.²⁵

Diversas são as evidências que tal instância, a esfera do ensino, é perpetuadora de cânones. Vários são os nomes de poetas e romancistas, ainda que suas obras não sejam mais lidas, que não caíram no esquecimento senão por sua presença em compêndios. Hoje não se lê como antes *A moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo, ou *Suspiros poéticos e saudades*, de Gonçalves de Magalhães. Contudo, seus nomes e obras são devidamente lembrados como inauguradores do romantismo brasileiro, graças ao cânone ensinado até os nossos dias.

O lugar do docente e a simbologia do Colégio Imperial

Este colégio, em que pese aos seus detratores, foi, é, e espero em Deus sempre será o estabelecimento modelo de instrução secundária em nossa terra [...] feliz inspiração de um dos mais abalizados estadistas brasileiros, honrado com o Preclaro Nome do Monarca que no trono pratica todas as virtudes do filósofo.

(Cônego Fernandes Pinheiro,
Discurso de formatura do Colégio Pedro II, 1871)

Uma cadeira ao sol, expressão de Drummond já utilizada neste texto, é bastante pertinente, quando dela nos valem para fazer referência à cadeira de ensino, especialmente no Imperial Colégio Pedro II. A cátedra ou cadeira de ensino nessa instituição chancelava ao seu ocupante elementos diferenciais

²⁵ ROMERO; RIBEIRO, op. cit.

na sociedade do período imperial, bem como em épocas republicanas. A nomeada que teve em torno de si advinha, prioritariamente, da figura monárquica, mas também de outros elementos que o posto na instituição garantia a quem dela fizesse parte.

A importância de ser professor do Colégio Pedro II não estava diretamente relacionada à remuneração, que, embora fosse certa, era frequentemente citada como baixa. No entanto, os ganhos estavam relacionados sobretudo ao prestígio daquele emprego.²⁶ Essa reputação era a chave que abria a porta para o trabalho em outras instituições de ensino, bem como dava um lastro de validação para o exercício de outras atividades. Integrar aquele corpo docente representava estar pareado a uma elite que incluía uma nata de intelectualidade, membros da Igreja, políticos e nobres (como barões e visconde),²⁷ além de ter, a partir daquele espaço, uma vitrine que possibilitasse alçar outros voos. Embora não possamos falar em campo literário ou um sistema bem delineado nesse recorte temporal, é certo asseverar que alguns pontos avalizavam projeção social – lugar ao sol – a quem os manejasse e neles estivesse bem inserido. A docência na reputadíssima escola não apenas promovia sustento, ainda que não em altos salários, mas também trazia um cabedal significativo de valores que sempre eram postos à baila a fim promover o personagem em questão.

Não era de forma gratuita que frontispícios indicavam a condição de professor daquela instituição em obras das mais

²⁶ MENDONÇA, A. W. P. C. et al. A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil. *Educação e Pesquisa*: Revista da Faculdade de Educação da USP, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 985-1000, 2013. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5915940.pdf>>. Acesso em 11 nov. 2018.

²⁷ O uso da palavra visconde, no singular, se deve ao fato de que só houve um com esse título no magistério do Pedro II: Gonçalves de Magalhães, o visconde de Araguaia.

diversas ordens. Desde opúsculos, passando por obras de caráter escolar, livros de poesia ou ficção, chegando às obras de teor político, o epíteto sempre era assinalado. Também não ficavam de fora desse jogo de construção de imagem os anúncios dessas obras feitos nos jornais ou os reclames de aulas particulares em que a condição da docência no estabelecimento era lembrada.

Hoje não se duvida de que boa parte dessa grandeza tem origem no patrono, o imperador D. Pedro II. Não se há de desvincular o perfil desse monarca do que foi moldado ao colégio que ostentava seu nome. Talvez o nome de outro governante não criasse a aura que o seu firmou. Formado para ser imperador, D. Pedro II era frequentemente representado como um homem ilustrado, avesso às políticas e afeito aos deleites do intelecto. Tal apego à erudição, apesar de ter sido alvo constante de seus adversários, criou-lhe uma imagem que ainda hoje é largamente referenciada por historiadores: amigo das Letras e das Artes,²⁸ o que se fundia à instituição com seu nome. Entretanto, sua presença não era apenas simbólica, temos sua efetiva participação, quando comparecia a eventos e sessões solenes de instituições culturais, concursos docentes ou mesmo em visitas rotineiras à escola. O imperador atuava ainda no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do qual era patrono perpétuo, e na Academia de Belas Artes.²⁹

Assim, construiu-se em torno do monarca um lastro de homem douto, que recaiu nas instituições a ele relacionadas. A História deu-lhe uma imagem que a República não logrou êxito em desfazer. As tentativas republicanas de apagar a Monarquia do imaginário brasileiro foram infrutíferas. Não adiantou a larga varrição pela qual passou o país no intento de suprimir

²⁸ Cf. CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

²⁹ Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ares monárquicos. De nada valeu modificar nomes de logradouros, prédios, instituições e lhes afixar termos ligados a República: o fracasso foi inevitável. Assim como foi fracassada a tentativa de firmar uma imagem de herói que representasse a República, e, nisso, naufragaram os nomes de Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant e Floriano Peixoto.³⁰ Uma dessas evidências é o próprio Colégio Pedro II, cujo nome, a partir da República, foi alterado para Instituto Nacional de Instrução Secundária e, depois, em 1890, para Ginásio Nacional. Em 1911, o presidente Hermes da Fonseca, ex-aluno da casa, publicou decreto fazendo a instituição retornar à denominação de Colégio Pedro II,³¹ rendendo-se à imagem do imperador no ano em que recordavam duas décadas de sua morte.

Sobre esse lado simbólico da instituição, ainda é pertinente lembrar que Getúlio Vargas, em 1937, para agregar em si reflexos da figura imperial, soube comemorar com pompa o centenário do colégio com diversas celebrações. Muito bem assessorado por Lourival Fontes,³² reuniu, por meio do Ministério da Educação, diplomatas, ministros de Estado e

³⁰ Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

³¹ Sobre a história do Colégio Pedro II, cf. ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz. *Colégio Pedro II: um lugar de memória*. Tese (Doutorado em História Social) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1999; e a edição comemorativa da Comissão da Atualização Histórica da Memória do Colégio Pedro II: *O Colégio Pedro II: contribuição histórica aos 175 anos de sua fundação*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2013.

³² O sergipano Lourival Fontes chefiou o Departamento de Informação e Propaganda entre 1934 e 1942. Graças às técnicas aprendidas na Alemanha, diretamente com Joseph Goebbels, foi essencial na difusão de uma imagem grandiosa do político de São Borja. Cf. SANTOS, Aldenise Cordeiro; SANTANA, Anthony Fábio Torres. A alquimia do poder: Lourival Fontes e suas configurações políticas. In: VI SIMPÓSIO Nacional Estado e Poder: Cultura, 2010, São Cristóvão (SE). *Anais eletrônicos*. São Cristóvão: UFF, 2010. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT12/GT12-ALDENISE.pdf>>. Acesso em 15 maio 2022.

membros do corpo docente e discente. Nesse receituário de grandiosidade, utilizou ainda não só o prédio da escola, por si só uma excelente obra de arquitetura, mas também outros espaços, como o Theatro Municipal e a antiga residência imperial na Quinta da Boa Vista. É certo, porém, afirmar, com as devidas proporções, que, bem antes de Vargas, outros tantos já se tinham valido da égide da instituição. Diretores, professores, alunos e ex-alunos compreendiam que a ligação com o centro de estudos de excelência do país lhes trazia benefícios.

Na condição de escola modelo, o Colégio Pedro II era uma metonímia de todo o ensino do país, e sua excelência evidenciava-se no grau de bacharel em Letras, concedido a quem concluía ali seus estudos. Esse certificado era tão importante que proporcionava acesso a qualquer de nossas faculdades.³³ No Pedro II, a docência garantia prerrogativas diferenciais, não apenas das demais profissões, mas assegurava a chancela de legitimação e destaque aos que daquele espaço, de um modo ou de outro, faziam parte.

³³ Cf. HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Brasil império*. São Paulo: Edusp, 2008.

História da Literatura: um gênero vencedor

*A gente fica a pensar se a história não será em
grande parte um romance de historiadores.*

Tobias Monteiro

A História da Literatura, como gênero, exerceu no Brasil pós-Independência um importante papel de legitimação de identidade nacional. Foi o espaço narrativo para a construção de um discurso de nação em que o cânone, muitas vezes, forçosamente era estabelecido. Autores que não possuíam, mesmo para os padrões da época, grandes méritos literários, eram sobrelevados em face de uma profunda escassez de uma plêiade que pudesse compor um cenário cultural páreo ao de outras nações. Assim, com recorrência, apenas pelo critério do nascimento, fez-se a imposição de nomes cujo estro era bem limitado. No entanto, se, nesse primeiro momento, observamos o gênero com restrições no tocante ao cânone que buscou firmar, não podemos negar-lhe o papel primordial que teve para a crítica posterior, a qual já encontrou e pôde usufruir de um lugar de prestígio em meio ao restrito público leitor.

A cultura letrada era o instrumento utilizado para representar a apregoada grandeza da nação, sendo o espelho do novo mundo e de sua paisagem física e humana.³⁴ Nessa conjuntura, poemas, peças e folhetins não bastavam para tecer a narrativa nacional; na segunda metade daquele século, as histórias da literatura e outras obras de história desempenharam um papel imperativo na construção desse

³⁴ Cf. RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ideário de nação civilizada, ascendente e, sobretudo, letrada. Trata-se de um “papel não só pioneiro, mas também fundamental, nem sempre lembrado hoje, no processo de constituição da tradição literária brasileira e do seu corolário: a construção do Brasil pela via da literatura”.³⁵

Apesar dessa leva nacionalista, curiosamente, uma das primeiras manifestações editoriais nesse sentido veio de lavra estrangeira:³⁶ Ferdinand Denis, brasilianista francês que se tornou a fonte de consulta sobre nosso país, em 1826, publicou o seu *Résumé de L'Histoire Littéraire de Brésil*.³⁷ Depois de Denis, outros autores trouxeram à luz textos que vieram reforçar nossa ainda incipiente ideia de nação, como *Parnaso brasileiro* (1829), do cônego Januário da Cunha Barbosa; *Discurso sobre a História da Literatura no Brasil* (1836), de Gonçalves de Magalhães; *Bosquejo de História da Poesia Brasileira* (1841), de Joaquim Norberto; *Florilégio da Poesia Brasileira* (1850), de Varnhagen; *Le Brésil Littéraire* (1853), de Ferdinand Wolf.³⁸

Entretanto, a partir do cônego Fernandes Pinheiro é que tivemos uma disseminação maior do gênero, em especial porque Pinheiro tornou-se autor didático. Atendendo às

³⁵ SENNA, Janaína Guimarães de. *Flores de antanho*: as antologias oitocentistas e a construção do passado literário. Tese (Doutorado em História) – PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2006.

³⁶ Cf. ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido*: a fundação de uma literatura nacional. São Paulo: Siciliano, 1991.

³⁷ Tratava-se de um apêndice ao resumo da história literária de Portugal.

³⁸ DENIS, Ferdinand. *Résumé de L'Histoire Littéraire du Portugal*; suivi du résumé de L'Histoire Littéraire du Brésil. Paris: Lecointe et Durey, 1826; BARBOSA, Januário da. *Parnaso Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1829; MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Discurso sobre a História da Literatura no Brasil*. *Niterói*: revista brasiliense de ciências, letras e artes. Paris: Dauvin et Fontaine, 1836; SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *Modulações poéticas*. Rio de Janeiro: Tipografia Francesa, 1841; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Florilégio da Poesia Brasileira*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850; WOLF, Ferdinand. *Le Brésil littéraire*; Histoire de La Littérature Brésilienne. Berlin: A. Asher, 1863.

necessidades do período romântico, suas obras de Literatura passaram a ditar o cânone pátrio. A despeito do que a crítica diz acerca dos seus juízos desmedidos (de fato o eram), a sua importância reside prioritariamente em ter sido o pioneiro no segmento de História Literária feita por um brasileiro para o uso nas escolas do país, ainda que não tenha conseguido eliminar a presença de compêndios de autoria alóctone.

Depois dele, avultou Sílvio Romero, que conseguiu desbancar a presença estrangeira em nossas escolas. Seus trabalhos *Introdução à História da Literatura Brasileira*³⁹ e *História da Literatura Brasileira*⁴⁰ trouxeram para o meio literário novos conceitos. Tivemos uma modificação profunda no que até então se concebia como história literária. Sua *História da Literatura Brasileira* é reputada como um divisor de águas em nossa historiografia literária, tendo em vista que estabeleceu a primeira periodização de nossa literatura, bem como por ser a primeira obra que assentou a história literária em bases científicas com preocupação conceitual e metodológica.⁴¹ Com Romero, iniciou-se o que hoje costumamos chamar de tríade da história literária brasileira, somadas as figuras de José Veríssimo e Araripe Júnior.

No que se refere ao uso didático da história literária, Romero foi também bem-sucedido. Mesmo constituída de dois grandes volumes, sua *História da Literatura Brasileira* foi adotada, a partir de 1892, como livro para o ensino. Em razão de ser tão extensa, logo de difícil utilização, tanto em face do manuseio quanto no excesso de conteúdo, passou por ajustes, reduções e alterações, a fim de se organizar em compêndio sob o selo da Editora Francisco Alves, ganhando duas edições, em

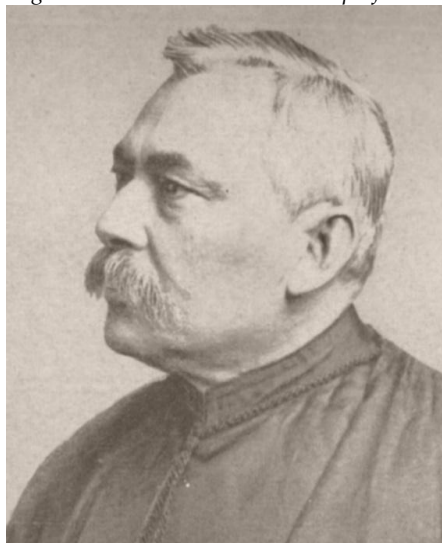
³⁹ ROMERO, Sílvio. *Introdução à História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1882.

⁴⁰ Idem. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1888.

⁴¹ Cf. COUTINHO, Afrânio. *Conceito de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

1906 e 1909,⁴² em parceria com João Ribeiro, autor de altíssima vendagem de livros do segmento educacional na época.

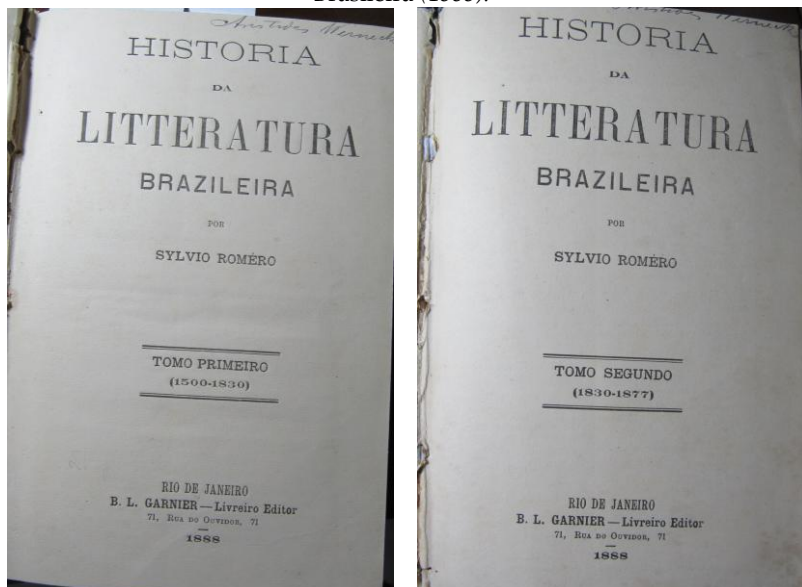
Fig. 7 – Sílvio Romero em beca de professor.



Fonte: GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. Sílvio Romero e sergipanidade. Aracaju: Impressão Gráfica e Editora Ltda, 2001, p. 26.

⁴² ROMERO; RIBEIRO, op. cit.

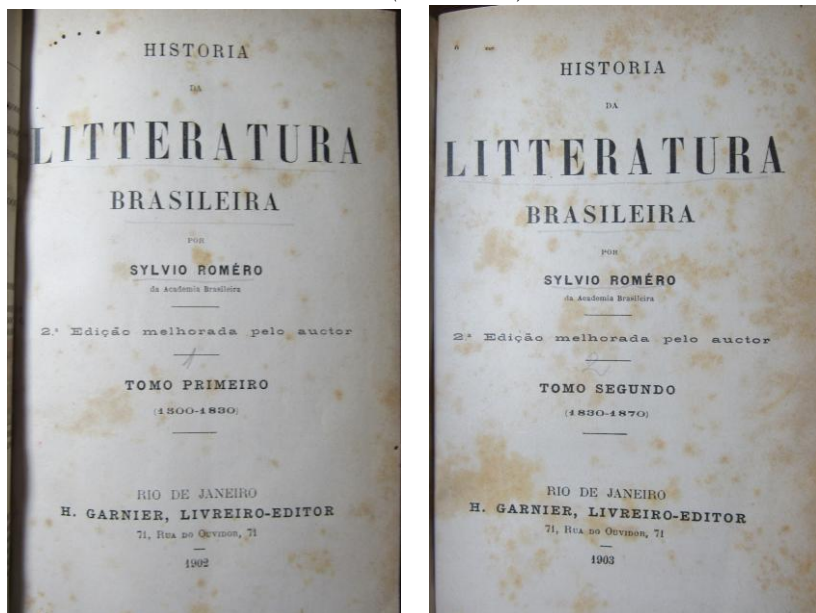
Fig. 8 e 9: Frontispícios dos tomos I e II da 1ª edição de História da Literatura Brasileira (1888).⁴³



Fonte: Acervo do autor.

⁴³ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1888.

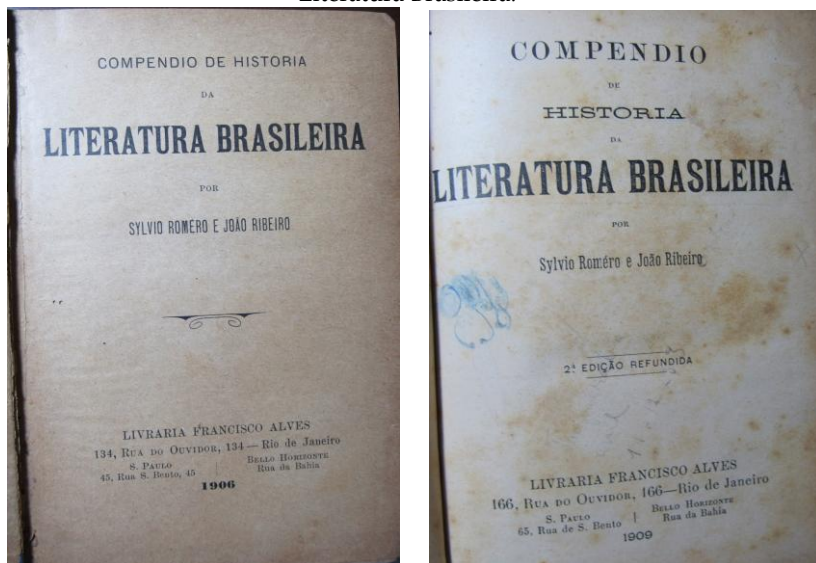
Fig. 10 e 11: Frontispícios dos tomos I e II da 2ª edição de História da Literatura Brasileira (1903 e 1903).⁴⁴



Fonte: Acervo do autor.

⁴⁴ ROMERO, Sílvia. *História da Literatura Brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1902; 1903.

Fig. 12 e 13: Frontispícios das edições 1906 e 1909 do *Compêndio de História da Literatura Brasileira*.⁴⁵



Fonte: Acervo do autor.

Neste caso, em especial, o suporte sofreu mudança, haja vista que as edições de *Compêndio de História da Literatura Brasileira*, nome dado a essa redução, foram em tamanho menor, com uma quantidade bem menor de páginas, além de terem sido impressas em papel de qualidade inferior, o que barateou os exemplares. O seu sucesso editorial garantiu-se durante pelo menos duas décadas no Ginásio Nacional.⁴⁶

Um dos pontos relevantes para a consolidação do gênero História da Literatura é que esse discurso encontrou espaço no cenário da segunda metade do século XIX em razão de ser um entrelugar das Belas Letras e da Ciência. Na primeira metade daquele século, as Belas Letras eram consideradas o perfil ideal

⁴⁵ ROMERO, Sílvio. RIBEIRO, João. *Compêndio de História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.

⁴⁶ Cf. SOUZA, op. cit.

de civilização e cultura.⁴⁷ Todavia, na segunda metade desse mesmo século, o cientificismo passou a ser a lente através da qual se observava e entendia o mundo. Analisar as Letras por meio de parâmetros científicos, unir as duas tendências, significava garantir o valioso capital da cultura letrada a quem habilmente as estivesse manejando.

Não é descabido relembrar o quanto o elemento científico, nessa época, ganhou espaço nas Artes. Tomemos, nesse sentido, a literatura do período. Uma das evidências disso, *verbi gratia*, é a desconstrução/enfraquecimento do herói. Os protagonistas não eram mais os seres idealizados, mas, sim, homens cuja representação se aproximava do homem comum, do palpável, do concreto, ou seja, daquilo que era plausível do ponto de vista racional. Nas obras, os exemplos dessa relação literatura e ciência/aspectos racionais são diversos. Realismo e naturalismo ocorridos no Brasil eram reflexos do cenário⁴⁸ de ênfase à razão. O primeiro, abraçando a análise psicológica que, por meio do perfil dos personagens, se atrevia a tentar entender a mente humana; o segundo, sob a lupa de Charles Darwin, Hippolyte Taine e Auguste Comte, trazia a compreensão biológica do mundo para os romances. Como essas escolas transitavam nesse território científico, não nos faltam ilustrações de como a ciência era incorporada nas narrativas,⁴⁹ tendo assento nas

⁴⁷ ABREU, Márcia. Letras, Belas-Letras, Boas Letras. In: BOLOGNINI, Carmen Zink (org.). *História da Literatura: o discurso fundador*. Campinas: Mercado das Letras; FAPESP, 2003.

⁴⁸ O conhecimento científico repercutira no Brasil por meio de institutos de pesquisa como o Observatório Nacional, institutos de agronomia, entre outros. Cf. NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A cultura ocultada*. Londrina: UEL, 1999.

⁴⁹ É corriqueiro citar a esse respeito *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, ou *O alienista* (1882), de Machado de Assis. Para o livro de Azevedo, o comentário é de como o ambiente do cortiço é descrito como um organismo vivo, tal qual uma definição biológica. Por sua vez, no texto machadiano, a observação habitual é mais ampla, pois o conto traz a história de um homem de ciência,

obras de arte, e não apenas nas instituições acadêmicas com esse fim.

Concomitante a isso, recrudesceram as obras de História da Literatura, ressaltando o fazer historiográfico, reputado como científico, debruçado sobre as Belas Letras numa fusão a legitimar aqueles que empunhavam a pena para a produção dessas obras, os quais alargavam seus espaços de notoriedade e poder. Entretanto, não só isso contribuiu para a sua afirmação; outro ponto que destacamos é que esse discurso tinha espaço assegurado no ambiente educacional, em decorrência de ser chave para o ensino do idioma, item obrigatório para todos.

Assim, a História Literária obteve, a partir de seu uso nas práticas educacionais, o ambiente ideal para efetivar a canonização, tendo em vista que o que é ensinado tem maior tendência a permanecer. O que os educandos reconhecem como literatura (autores, obras e movimentos literários), isso, sim, será o cabedal denominado literatura nacional, e seu autor,

Simão Bacamarte, e de como este desfruta de *status* em nome desse saber. No entanto, a sutileza machadiana nos quer a pensar em como saberes e seus supostos donos devem ser questionados. Ainda sobre a prosa de Machado, é pertinente lembrar que o emplasto Brás Cubas é a fina ironia do Bruxo do Cosme Velho em ação ao pôr nos anseios de seu personagem uma invenção científica que haveria de tudo solucionar. Além dessa aparição da ciência nas narrativas, temos um declínio da figura do herói que o faz próximo do homem natural. Se antes tínhamos uma reapropriação do épico e inalcançável Ulisses, em *O Guarani* (1857), de José de Alencar, temos, em contrapartida, *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), em que Machado de Assis traz como protagonista um burguês medíocre e sem realizações. Esse não realizar é o indelével tom do capítulo final do texto, “Das negativas”, em que o personagem desfia uma série de frustrações, de coisas não concretizadas. Fica, assim, Cubas bem mais perto do homem natural, o qual, diferentemente do herói, não é um cabedal de grandes feitos. Cf. AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. Rio de Janeiro: Garnier, 1890; ASSIS, Machado de. *O alienista*. In: _____. *Papéis avulsos*. Rio de Janeiro: Lombaerts, 1882; Idem. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1881; ALENCAR, José de. *O Guarani*. Rio de Janeiro: Empresa Nacional do Diário, 1857.

consequentemente, o legitimador de uma determinada visão de país. Portanto, é indubitável o papel exercido pela escola não só como reafirmadora desse cânone, mas também como instituidora, haja vista que aqueles que se consagraram como historiadores da literatura eram docentes.

A despeito do que se possa pensar acerca dessa instância como um elemento limitador, diminuidor da carreira do autor, contrapomos o seguinte raciocínio: por que isso limitaria um autor, se todo o público o leria? Atuando também na faixa etária dos estudos secundários, um escritor abrange a todos com acesso à leitura e escrita. Se atendesse somente a um público adulto, teria reduzido seu número de leitores, já que, na fase adulta, os interesses do público serão os mais diversos. Assim, atuar na escola é abarcar inicialmente todos os leitores. O que não inviabilizava que esses mesmos autores escrevessem para públicos de interesses mais específicos.

Costumamos nos referir a esse período, século XIX, como um tempo em que tudo estava por fazer, daí a denominação que lhe atribuímos de tempo de improvisos.⁵⁰ Contudo, é preciso dizer que era uma época que trazia como diferença a ideia de uma cultura humanística mais ampla do que a atual, em que há uma segregação de áreas do conhecimento. Assim, haver um autor que enveredasse por aspectos econômicos e geográficos, mas também discutisse história, literatura, ciências naturais, não era nada de extraordinário pela ótica daquele momento. Era o tempo em que o engenheiro Euclides da Cunha atuava como professor de Lógica, mas também como literato de primeira ordem. Sílvio Romero era professor de Filosofia, mas também pesquisador de poesia popular, história e literatura. Nas obras de José Veríssimo, docente de Português, História e Geografia, havia debates sobre os problemas amazônicos,

⁵⁰ LEMOS, Wagner Gonzaga. No ocaso do Império, um projeto de nação: Sílvio Romero e a História da Literatura Brasileira. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFS, São Cristóvão (SE), 2012.

discutindo, dentre outros temas, a questão da pesca predatória,⁵¹ além de tratar de literatura nacional, etnografia, da questão da Educação Física na escola ou ainda a educação da mulher. Esse trânsito não era incomum e se refletia na produção literária dessa fase. Como não perceber a pluralidade de Machado de Assis, que discutia escravidão, psicologia, ciência ou um pouco de tudo?

Fig. 14: José Veríssimo.



Fonte: Academia Brasileira de Letras.⁵²

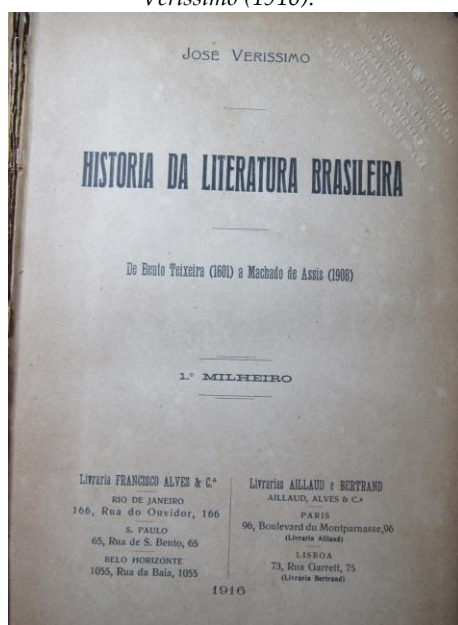
Esses aspectos são bem distintos de nosso tempo, que fez de nossos estudos um lugar repleto de especificações, fracionamentos e separações, colocando amplas barreiras entre setores do conhecimento que poderiam estar à mesma mesa. Essa realidade é em parte gerada por critérios de avaliação de

⁵¹ Em *A pesca da Amazônia*, Veríssimo já alertava para os perigos da pesca indiscriminada sem respeito aos ciclos da natureza e da reprodução, o que causaria consequências como um cenário de extinção de espécies. Cf. VERÍSSIMO, José. *A pesca na Amazônia*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves, 1895.

⁵² Disponível em <<http://www.academia.org.br/sites/default/files/academicos/fotografias/jose-verissimo.jpg>>. Acesso em 14 jan.. 2025.

programas de pós-graduações que põem cabresto em pesquisas multidisciplinares sob o argumento de que isso retiraria a qualidade. A bem da verdade, os Estudos Culturais trouxeram, felizmente, significativas contribuições que proporcionaram a abertura de novos diálogos entre áreas e profissionais de diferentes ramificações do saber e, hoje, podemos usufruir de avanços nessa direção.

Fig. 15: Frontispício da 1ª edição da História da Literatura Brasileira, de José Veríssimo (1916).⁵³



Fonte: Acervo do autor.

Em suma, ao olharmos para Romero e Veríssimo como intelectuais que não tinham separação entre educação, literatura e outras áreas do conhecimento, estamos apenas recompondo a perspectiva da época e nos despidindo das travas de reducionismo que a história do conhecimento durante o

⁵³ VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.

século XX nos infligiu. Sempre lembrados como ferrenhos adversários, esses autores fixaram bases em campos opostos, tornando-se severos antagonistas; todavia, não se diferenciavam tanto assim nem entre si, nem dos demais homens de letras desse momento.

No tocante à produção de obras didáticas, é importante ressaltar que não necessariamente os autores precisavam lecionar uma disciplina específica para enveredar na escrita de obras didáticas da matéria. A ideia de erudição e poligrafia permitia que os autores se vissem como homens de letras, estando habilitados, por assim dizer, a pautar nas diversas áreas do conhecimento. Essa perspectiva mais restrita é algo bem recente entre nós. Muitos foram os que escreveram sobre disciplinas diversas, inclusive porque havia um interesse de abarcar diferentes campos de estudo com fins práticos para desfrutar benefícios da legislação:

Artigo 35:

O membro do magistério que compuser tratados, compêndios e memórias científicas importantes acerca de matérias ensinadas no estabelecimento, terá direito à impressão do seu trabalho por conta do Governo, se a congregação, em escrutínio secreto e por dous terços dos votos da totalidade dos seus membros, o julgar de utilidade para o ensino, não excedendo, porém, de três mil exemplares a edição impressa à custa dos cofres públicos.

Artigo 36:

Se a congregação, pelo processo estabelecido no artigo precedente, considerar a obra de mérito excepcional ou extraordinária vantagem para o progresso da ciência ou para texto do ensino, além da impressão taxada no referido artigo, terá o autor direito a um prêmio, arbitrado pelo Governo, mediante

informação do diretor, e nunca inferior a 2:000\$ ou superior a 5:000\$000.⁵⁴

Observemos que a vantagem é garantida não exclusivamente à matéria ministrada pelo docente, mas às “matérias ensinadas no estabelecimento”, o que abria margem à pluralidade de compêndios. Daí o fato de vermos Romero, professor de Filosofia, publicando sobre Literatura e História; João Ribeiro, docente de Língua Portuguesa, sendo autor de compêndios não só da própria disciplina, mas também de História. Havia, ainda, um interesse de que essas obras trouxessem lucro no plano de carreira para a aposentadoria:

Art. 31. O lente, substituto ou professor, que cumprir as suas funções de modo distinto, terá periodicamente direito, mediante informação do diretor, a um acréscimo de vencimento nos seguintes termos: o que contar 10 anos de serviço, 5%; 15 anos, 10%; 20 anos, 20%; 25 anos, 33%; 30 anos, 40%.

§ 1º *Esta última gratificação somente será abonada àquela que houver publicado no último quinquênio⁵⁵ alguma obra considerada de assinalado mérito, nos termos do artigo 36.⁵⁶*

⁵⁴ BRASIL. *Código de Ensino*. Decreto nº 3.890, de 1º de janeiro de 1901. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3890-1-janeiro-1901-521287-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

Acesso em 6 mar. 2019.

⁵⁵ Apesar de a lei prever benefício do acréscimo dos 40% para a publicação de obra de mérito no último quinquênio, é preponderante destacar que não era viável a um professor preocupar-se com isso na reta final. Não somente pelos benefícios que poderia angariar antes, como os já citados, mas também porque se ele passasse a trajetória docente longe das publicações para apenas na proximidade da aposentadoria buscar essa atividade, provavelmente, seria uma tarefa fadada ao fracasso. Seria muito difícil introduzir-se num mercado que fora ocupado por muitos outros enquanto ele teria se mantido em inércia. Daí, somados esses fatores, a necessidade de publicar desde sempre.

⁵⁶ Idem, ibidem (grifo nosso).

Além disso, havia com frequência um trânsito entre cátedras: muitas vezes, um docente precisava se afastar e outro colega assumia as aulas completando sua renda como substituto.⁵⁷ Noutros casos, havia a permuta definitiva de cadeiras, sob a permissão da lei.⁵⁸

Além da questão canônica, que acarretava legitimação a seus autores, havia o interesse pelo retorno financeiro direto (da venda de direitos da obra), mas também os indiretos, decorrentes da legitimação social alcançada pelo fato de ser um cânone, um clássico (no sentido mais original da palavra, ensinado nas classes). Essa prerrogativa se desdobrava em indicação para cargos e funções, conferências, participação em bancas examinadoras e comissões científicas,⁵⁹ novas obras didáticas, influência política, entre outras.

A fórmula de associar História e Literatura com vistas ao uso na esfera educacional teve ecos. Vários lançaram mão desse receituário, como exemplificam edições como as de Cacilda Francioni de Souza,⁶⁰ Pedro Júlio Barbuda,⁶¹ Coelho Neto,⁶² Leopoldo de Freitas,⁶³ João Ventura Bôscoli,⁶⁴ Ronald de

⁵⁷ Segundo o Código de Ensino, artigo 30: “O lente, substituto ou professor que, além do desempenho do seu cargo, reger cadeira ou aula, por impedimento ou falta do respectivo funcionário, terá direito a um acréscimo de vencimentos igual a gratificação deste” (idem).

⁵⁸ O mesmo código reza, em seu artigo 37: “É lícito aos lentes da mesma seção permutarem entre si as suas cadeiras, uma vez que o requeiram e a congregação abone na permuta vantagem real para o ensino” (idem).

⁵⁹ Aqui reside um ponto importante: no plano de carreira docente, o tempo como partícipe em comissões de estudos científicos, segundo o artigo 34 da lei supracitada, contava para o tempo de aposentadoria.

⁶⁰ SOUZA, Cacilda Francioni de. *Noções de Literatura Nacional*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1896; 1902.

⁶¹ BARBUDA, Pedro. *Literatura Brasileira*. Bahia: s. ed., 1902; Ed. Estabelecimento dos Dois Mundos, 1916.

⁶² COELHO NETO. *Compêndio de Literatura Brasileira*; segundo o programa do Ginásio Nacional. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1905; 1913.

⁶³ FREITAS, Leopoldo de. *Literatura Nacional*. São Paulo: Magalhães, 1910.

Carvalho,⁶⁵ Arthur da Motta,⁶⁶ Manuel Bandeira⁶⁷ e outros de menor vulto, mas todos a dialogar de um modo ou de outro principalmente com Romero, mas também com Veríssimo e Araripe, a concordar ou rebater.

É pertinente, ainda, registrar que a chancela desse modelo se transferiu para nossos dias. Atestam isso as tiragens sucessivas de *Formação da Literatura Brasileira*,⁶⁸ de Antonio Candido, e, mais recentemente, de *História Concisa da Literatura Brasileira*,⁶⁹ de Alfredo Bosi. As reimpressões desses livros têm como finalidade atender a demanda de nossos cursos de Letras, que deram a esses autores docentes a merecida posição de clássicos de nossa historiografia.

Cabe ainda pontuar que defendemos a ideia de que as histórias literárias, retomando as palavras de Tobias Monteiro, são romances de historiadores, tendo em vista que mantêm significativas similaridades com a ficção. Entretanto, essas obras prestam-se à função de narrativa nacional. Observamos nelas semelhanças com os elementos da narrativa. Tal como um romancista seleciona o perfil dos personagens que ocuparão suas páginas, o historiador da Literatura assume uma cátedra e impõe na sua narrativa somente os autores que deseja. Assim como um autor de ficção elenca espaços/ambientes onde se passa sua trama, o historiador inclui ou exclui o poeta ou romancista desta ou daquela região. Como na ficção, em que temos tempo cronológico ou psicológico, na História Literária

⁶⁴ BÔSCOLI, João Ventura. *Lições de Literatura Brasileira*. Niterói: Casa Jerônimo Silva, 1912.

⁶⁵ CARVALHO, Ronald de. *Pequena História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: F. Brigueit, 1919.

⁶⁶ MOTTA, Arthur. *História da Literatura Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.

⁶⁷ BANDEIRA, Manuel. *Noções de História das Literaturas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

⁶⁸ CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo: Martins, 1959.

⁶⁹ BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1978.

há um processo equiparado: o autor pode construir seu texto pela ordem cronológica de autores e obras, ou dar prioridade aos que considera mais relevantes, deixando para o fim (ou em completo apagamento) aqueles que avalia como menos proeminentes. No tocante ao enredo, evidencia-se que é do autor a escolha do que vai se narrar. E no que compete ao narrador, podemos dizer que, na História Literária, por mais que tente mascarar-se, este sempre é intruso.

Assim, o historiador da Literatura cria seu romance, desfazendo ou legitimando uns e outros autores. Nesse aspecto, o cânone literário como representante da pátria coaduna com a perspectiva de nação de Ernest Renan, de que uma nação se constitui no jogo entre o lembrar e o esquecer.⁷⁰ Dessa forma, os historiadores da literatura tomaram para si a incumbência de construir um espelho de nação por meio de suas obras e incorporaram a ideia de que retratar a Literatura era retratar o país, já que associar literatura à nação significava transformar “a primeira num espelho capaz de estampar com perfeição a imagem da nacionalidade”.⁷¹

⁷⁰ RENAN, Ernest. *Que é uma nação?* Disponível em <<http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>>. Acesso em 8 dez. 2015.

⁷¹ VELLOSO, Mônica Pimenta. Literatura como espelho da nação. *Revista de Estudos Históricos*, jul.-dez. 1988. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2162/1301>>. Acesso em 10 jan. 2018.

Um lucro de ordem moral: a questão dos livros

*Verba volant scripta manent.*⁷²

(Provérbio latino)

O mercado editorial brasileiro hoje conta com mais editoras do que livrarias, o que, no mínimo, demonstra nossa história de singularidades nesse ramo. Ainda somos uma nação que lê muito pouco em relação a outras em condições econômicas equiparadas à nossa. No século XIX, os ares eram bem mais rarefeitos e inusitados. Passamos boa parte de nossa história sem manter um prelo para realizar a impressão do mais simples folheto. A partir de 1808, entretanto, em razão da transferência da corte e o processo histórico desencadeado a partir disso, as feições culturais se modificaram.⁷³ Advieram Imprensa Régia, cursos superiores, jornais, academias literárias e casas editoriais. Aumentaram o público leitor e a demanda por impressos.

Nessa mudança, várias peças contribuíram para um novo quadro nacional. Com os jornais, passamos a ter um meio mais fácil e rápido de divulgação de ideias. Neles saíam os folhetins

⁷² “Palavras voam, escrita permanece.”

⁷³ Sérgio Buarque de Holanda aponta que em 1747 houve em Pernambuco uma tipografia de propriedade de Antônio Isidoro da Fonseca, mas também traz a informação: “Foi essa, ao que se sabe, a primeira oficina de impressão instalada no Brasil. Recentemente compulsando documentos inéditos da Companhia de Jesus, pôde apurar, entretanto, Serafim Leite que entre os livros da biblioteca do Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro havia ‘alguns impressos na própria casa por volta de 1724’” (HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948, p. 175-176). Por outro lado, Hallewell aponta que, entre 1603 e 1655, os holandeses no Nordeste brasileiro mantiveram uma tipografia (HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Trad. M. P. Villalobos et al. São Paulo: Edusp, 2012).

que alimentavam a imaginação de um público eminentemente feminino,⁷⁴ os acalorados debates sobre as questões políticas, as notícias cotidianas, mas também as polêmicas de que se alimentavam os egos dos homens de letras. Angariava-se notoriedade, reputação e projeção política por meio dessas lutas intelectuais. Em razão disso, não foram poucos os embates que a tinta das prensas registrou, uns fortíssimos, outros desprezados pelo público e, portanto, logo desfeitos no nascedouro.

O ponto de intersecção dessas diversas publicações dos periódicos era o poder atribuído à ideia de que o conhecimento, a cultura letrada, era a chave do progresso do país.⁷⁵ Não devemos alimentar, entretanto, a ilusão de que passávamos a partir dali à condição de nação plenamente letrada. Estamos tratando de uma nação mínima, um país para poucos. Espaço de homens letrados, na sua maioria, brancos, com tempo para se dedicarem às letras. O Brasil profundo e real passava longe

⁷⁴ LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita: leitura e livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

⁷⁵ “Uma característica comum à produção jornalística desse período é a crença nos poderes do conhecimento como capaz de promover o desenvolvimento da nação. Essa ideia estará presente logo nas páginas iniciais dos jornais, revistas e panfletos que deixam claros seus objetivos de instruírem e colaborarem para a grandeza do país. [...] Assim, mais do que um meio de informação, a imprensa periódica oitocentista visava a formação de um público que fosse capaz de discutir e encontrar soluções para o país e, desse modo, contribuir para inseri-lo nos trilhos do progresso e da civilização, como era usual no vocabulário do período. / É interessante notar que esses periódicos tratavam dos assuntos mais variados, como economia, política, teatro, música, literatura, traduções de textos clássicos, que visavam formar um leitor virtuoso, que fosse bem instruído nos mais diversos assuntos e também possuidor de um bom gosto literário – daí as numerosas traduções de textos franceses considerados fundamentais para a formação desse bom gosto.” LIMA, Lillian Martins de. *A ideia de história e civilização na Revista Niterói*. Disponível em <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao18/materia01/>>. Acesso em 31 maio 2018.

disso. A moça branca lia o folhetim enquanto a mucama desdobrava-se em tarefas; os intelectuais procuravam distinção publicando obras enquanto o negro alforriado a buscava no par de sapatos que deveria usar para não ser confundido com o escravizado; os instruídos frequentavam as livrarias enquanto os tigres carregavam dejetos; professores, médicos e advogados faziam ferver polêmicas pelas páginas dos jornais enquanto esses mesmos jornais não passavam, muitas vezes, de papel de embrulho para o vendedor analfabeto.

Contudo, mesmo do ponto de vista cultural vinculado a essa parcela restrita da sociedade, engatinhávamos em relação à Europa. Lá, a essa altura, impressos de diversos tipos circulavam largamente. Entretanto, o Oitocentos já apresentava, havemos de admitir, um importante avanço. Utilizávamos, como parâmetro, a França, cujo padrão passou a ser régua, sobretudo em face da lusofobia do pós-Independência. Nossos letrados⁷⁶ seguiam esse exemplo em muitos setores, não só na literatura que produziam, nos autores que liam ou nos temas que discutiam.

⁷⁶ Na capital francesa, financiados pelo comerciante brasileiro Manuel Moreira das Neves, os brasileiros Francisco de Sales Torres Homem, Manuel de Araújo Porto Alegre e Gonçalves de Magalhães encontraram o ambiente favorável para a publicação de seu efêmero periódico, *Niterói, Revista Brasiliense*, onde vieram à luz *Suspiros poéticos e saudades* e *Ensaio sobre História da Literatura Brasileira*, textos essenciais na história de nosso romantismo. Nesse contexto intelectual, o envolvimento de Magalhães, Torres Homem e Porto Alegre não era pequeno, visto que, em 1834, foram aceitos no Instituto Histórico de Paris e, nessa oportunidade, fizeram comunicações que foram sintetizadas no jornal da instituição como *Résumé de l'Histoire de la Littérature, des Sciences et des Arts au Brésil par trois bresiliens, membres de l'Institut Historique*. Evidência de que a sintonia com a França e seu modelo cultural representava uma meta. Cf. LEMOS, Wagner Gonzaga. O visconde e a construção da literatura nacional: Gonçalves de Magalhães e o discurso sobre a História da Literatura Brasileira. In: I SEMINÁRIO de História do Ensino de Línguas. *Anais eletrônicos*: CD-ROM. São Cristóvão (SE): UFS, 2009.

Um dos aspectos copiados do país europeu foi o modelo de legitimação por meio de instituições culturais. Inspirados no Institut de France e nas academias que o compõem,⁷⁷ criávamos aqui casas congêneres às europeias. A primeira delas, fundada em 21 de outubro de 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), permaneceu durante muito tempo como a mais importante agremiação cultural do país. Estabelecido sob o patronato do imperador, tinha dentre seus objetivos a construção de um sentimento de identidade nacional, e foi a pioneira grande iniciativa de caráter civilizatório a incentivar estudos e publicações que se ocupassem de temas brasileiros.

Prova disso eram seus concursos, que desde 1840 premiavam obras de História do Brasil. De igual modo, as atividades de sua revista desde o ano anterior faziam circular monografias tratando dos temas pátrios. Pertencer aos quadros daquele instituto assegurava a distinção de estar ombreado aos mais relevantes homens de letras do Império,⁷⁸ dentre eles o próprio monarca, que muitas vezes dirigia pessoalmente as sessões. Apesar de sua criação diretamente ligada ao período imperial, o contexto republicano não apagou a sua importância. Aliás, perdura até os nossos dias. Ainda hoje pertencer aos seus quadros traz um lastro de distinção aos seus sócios. O Instituto Histórico durante muito tempo reinou absoluto na condição de casa cultural, havendo apenas suas congêneres nas províncias de Pernambuco e São Paulo, fundadas respectivamente em 1862

⁷⁷ As academias que perfazem Institut de France são: a Académie Française (1635); a Académie des Inscriptions et Belles-Lettres (1663); a Académie des Sciences (1666); Académie des Sciences Morales et Politiques (1795) e a Académie des Beaux-Arts (1816). Disponível em <<http://www.institut-de-france.fr/fr/une-institution/son-organisation>>. Acesso em 1 fev. 2019.

⁷⁸ Bernardo Pereira de Vasconcelos, Francisco Adolfo de Varnhagen, Gonçalves Dias, Capistrano de Abreu, Gonçalves de Magalhães, Joaquim Nabuco, Rocha Pombo, Oliveira Lima, João Ribeiro, Afonso Celso, José Veríssimo, Silvio Romero, Santos Dumont e Antônio Cândido são alguns dos muitos sócios que tiveram assento no quadro do IHGB. Cf. LEMOS, op. cit., 2019.

e 1894, mas que não alcançaram equiparação à casa presidida por D. Pedro II.

Sob inspiração do modelo francês, em 1897, foi fundada, no Rio de Janeiro, uma casa que buscava congregar intelectuais sob as luzes do renome em prol das letras nacionais. A Academia Brasileira de Letras, seguindo os critérios da Academia Francesa, reuniu quarenta sócios fundadores, muitos desses também pertencentes ao Instituto Histórico. Suas cadeiras se tornaram alvo de acirradas intrigas e disputas ao longo de nossa história literária.

Os fundadores, dentre eles Sílvio Romero e José Veríssimo, tinham suas vagas desejadas fervorosamente. O jogo de intrigas começava, muitas vezes, antes de a vaga abrir. Aves agourentas espiavam a oportunidade de fazer parte da Academia e se articulavam, quando da notícia de que algum membro estava enfermo. Nesse território, não estamos a fazer especulação, pois nos comprova a carta de 24 de julho de 1911, em que Veríssimo já escrevia a Oliveira Lima sobre a vaga de Raimundo Correia e as disputas em torno dela.⁷⁹ Bastou-nos confrontar a data da carta e a biografia do autor de “As pombas” e constatar que este só faleceria 13 de setembro de 1911, em decorrência da tuberculose, em Paris. Por três meses, pelo menos, já havia um acirramento esperando a morte do parnasiano e, com ela, a expectada vaga. Notemos que não havia em Veríssimo, na missiva, nenhum tom de reprovação ao tema, que era tratado com naturalidade. Muito provavelmente ele era um dos articuladores dessa disputa, haja vista que o eleito foi Osvaldo Cruz, amigo seu e de Oliveira Lima.

As disputas entre os homens de letras não se limitavam apenas às vagas das agremiações literárias, a fim de ser parte do grupo dos seletos; reverberavam nas casas editoriais. Afinal, o livro era representação física da glorificação intelectual. Tal

⁷⁹ Idem, *ibidem*.

como um rico precisava de terras para ser coronel,⁸⁰ um homem de letras precisava de obras que atestassem (ou tentassem atestar) sua superioridade. Assim, publicar obras sob os mais respaldados estabelecimentos significava completar mais um dos requisitos nesse esboço de sistema literário do Brasil.

Na Rua do Ouvidor, na capital fluminense, nos idos de 1840 e 1850, havia um punhado de livrarias: Villeneuve, Cremière, Firmit Didot, Paula Brito e Garnier, que funcionavam não só como lugares de venda de livros, mas pela própria natureza do negócio, serviam de ponto de encontro de escritores. Alguns desses estabelecimentos também atendiam uma demanda de qualidade na impressão de obras publicando traduções, mas passaram a produzir também obras de autores nacionais, algumas com impressão sob demanda, especialmente teses jurídicas, médicas ou de outras áreas, defendidas em concursos, mas também obras literárias, como *O filho do pescador* (1843), de Teixeira de Sousa, publicado pela editora de Paula Brito.⁸¹ Entre o fim do século XIX e início do XX, destacaram-se no ramo de edições, considerando as suas diferentes fases com mudança de propriedade e gerenciamento, a Editora Garnier⁸² e a Livraria Francisco Alves.⁸³

⁸⁰ Relembremos Paulo Honório, em *S. Bernardo*, de Graciliano Ramos (Rio de Janeiro: Ariel, 1934).

⁸¹ Em 1850, Paula Brito mudou o nome de comércio para Imperial Tipografia Dous de Dezembro. Fez a inauguração nesse dia, que era seu aniversário e de S. M. Imperial Pedro II, o qual era acionista patrocinador da empresa e compareceu ao evento. Cf. HALLEWELL, op. cit.

⁸² A editora tem origem francesa, pertencendo aos irmãos Auguste e Hippolyte Garnier que, em Paris, abriram a Garnier Frères. O caçula, Baptiste Louis Garnier, foi funcionário deles até 1844, quando se estabeleceu no Rio de Janeiro e ascendeu na empresa, gerenciando a filial carioca. Em 1852, Baptiste separou-se dos irmãos e fundou a firma B. L. Garnier, firmando-se como um dos principais editores do Brasil, tendo publicado a obra de Machado de Assis. Com a morte de Baptiste, em 1893, Hippolyte assumiu a editora e a tornou novamente em filial da Garnier Frères. A partir de 1911, com a morte

Nossos homens de letras mantiveram com os editores, de um modo geral, uma relação de amor e ódio, uma peculiar simbiose em que os entes precisavam demasiadamente um do outro, mas o retorno não era tão vantajoso assim para uma das partes, neste caso, o autor. Garnier foi um dos famosos por esses episódios de proveito sobre os autores. Corriam a mancheias os comentários ferinos sobre a sua avareza, espalhando-se a fama de que era ladino nas negociações. Daí autores que lhe produziam obras e tradutores que lhe prestavam serviços o terem alcunhado, engenhosamente, a partir da marca da empresa (B. L. Garnier) de “Bom Ladrão Garnier”.⁸⁴ A maledicência sobre ele seguramente teve ápice em uma espécie de necrológico inusitado escrito por Artur Azevedo:⁸⁵

Morreu B. L. Garnier, o velho editor do Instituto Histórico, o famoso livreiro da Rua do Ouvidor, um judeu trabalhador e honrado, que tinha todos os defeitos e todas as virtudes de sua raça, e era uma das fisionomias mais curiosas e mais características do nosso meio.

deste, veio o declínio, tendo sido vendida a Ferdinand Brigueit em 1934. Cf. MACHADO, Ubiratan. *História das livrarias cariocas*. São Paulo: Edusp, 2012.

⁸³ Seu primeiro nome foi Livraria Clássica. Posteriormente, sob a administração de Francisco Alves de Oliveira, a editora, além de ampliar seus negócios para outras cidades do Brasil, chega a estender-se a Paris e Lisboa, bem como adquire pequenas gráficas, que foram aglutinadas a seu patrimônio. Cf. LIVRARIA Francisco Alves. *Francisco Alves: 150 anos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves; ABL, 2004.

⁸⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

⁸⁵ Lima Barreto escreveu também uma espécie de necrológico ferino, não para o Baptiste, mas para Hippolyte Garnier. O texto de Lima, “O Garnier morreu”, foi publicado na *Gazeta da Tarde* em 7 de agosto de 1911 e reeditado recentemente. Cf. BARRETO, Lima. *Impressões de leitura e outros textos críticos*. Org. Beatriz Resende. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Estabelecera-se nesta cidade há uns cinquenta anos. Era milionário, dizem, e não consta que jamais desse uma esmola. O que seu nome nunca figurou numa obra de filantropia.

Mas é de justiça dizer que não gastava consigo o dinheiro que negava aos pobres. Não gozou. Os seus herdeiros talvez tenham outra opinião sobre a utilidade dos contos de réis... editava tudo, a torto e a direito, e nesse ecletismo está talvez o segredo de sua fortuna. Júlio Verne, mais que nenhum outro escritor, contribuiu para enriquecê-lo... sem o saber.

Diz a imprensa que ele prestou relevantes serviços à nossa literatura. Efetivamente, o Imperador condecorou-o por esse motivo e nos catálogos da sua livraria figuravam alguns dos primeiros nomes das nossas letras. Mas a verdade é que ele só acolhia de braços abertos os escritores que lhe entravam em casa com reputação feita, e ainda a estes pagava sabe Deus como.

Não tirou nenhum nome da sombra, não estendeu a mão a nenhum talento desconhecido. Quando algum moço obscuro o procurava, ouvia: “Cresça e apareça”. Se o pobre diabo realmente crescesse e aparecesse, poderia contar com o editor.⁸⁶

A realidade é que, como negociante, Garnier via nos livros um produto, não tendo interesses de diletantismo nem caridades, ou na expressão do dito popular, “não batia prego sem estopa”. Publicava às largas para ter lucro, fez enorme seu catálogo, contando com quase setecentas obras, e se desenvolveu economicamente como empresário sagaz nesse ramo. Na mesma proporção, cresceu o azedume dos que contribuíram com essa fortuna do “Bom Ladrão”.

Convém conjecturar que o “bom” da alcunha que recebeu não lhe viesse de algum lapso de generosidade, mas das benesses em ser publicado pela editora. Era o que Euclides da Cunha denominava de lucro de ordem moral, em contraponto

⁸⁶ AZEVEDO, Artur. Crônica fluminense. *O Álbum*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 41, p. 322, 7 out. 1893.

ao magro retorno financeiro.⁸⁷ O editor sabia de sua condição de “principal casa editorial brasileira entre as aqui instaladas, editando e comprando os direitos de edição de obras dos mais importantes nomes da literatura brasileira da 2ª metade do século XIX, no domínio da poesia, do romance, da crítica, do ensaio”.⁸⁸ Essa situação era, sem dúvida, preponderante para os autores que desejavam notoriedade; ainda que as remunerações fossem mínimas, ser editado por Garnier garantia uma visibilidade ímpar, da qual bem se valeram muitos, dentre eles Fernandes Pinheiro, Sílvio Romero e José Veríssimo.

O negociante sabia perfeitamente também como assegurar seu sucesso, prendendo os autores em porcentagens um pouco mais generosas quando a venda era certa, como fez, ao repassar ao cômico Fernandes Pinheiro vinte por cento do valor de capa dos livros didáticos,⁸⁹ montar contratos de exclusividade, como fez com Sílvio Romero e a *História da Literatura Brasileira*, amarrando-o na primeira e na segunda edições,⁹⁰ ou ainda tentando serviço gratuito, como quis fazer com José Veríssimo para editar a *Revista Brasileira*.⁹¹

⁸⁷ BROCA, op. cit.

⁸⁸ DUTRA, Eliana de Freitas. Leitores de além-mar: a Editora Garnier e sua aventura editorial no Brasil. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: UNESP, 2010.

⁸⁹ Até hoje, segundo se tem notícia no mercado editorial, esse é um tipo de contrato bastante vantajoso. Cf. BIBLIOTECÁRIOS sem fronteiras: como funciona o mercado editorial no Brasil. Disponível em <<https://bsf.org.br/2016/10/27/como-funciona-o-mercado-editorial-no-brasil/>> Acesso em 10 jul. 2025.

⁹⁰ Sobre a experiência comercial de Romero, o contrato rezava meros 200 mil réis e doze exemplares em brochura pela edição. Constava cláusula que o proibia de escrever outra obra com o mesmo assunto. Cf. LEMOS, op. cit., 2012.

⁹¹ Em 1906, Veríssimo pretendia editar novamente a *Revista Brasileira*, conforme comunicou a Oliveira Lima em carta de 2 de fevereiro. Em 23 de maio, expôs o assunto ao amigo nos seguintes termos: “o projeto da Revista creio que gorou. O Garnier queria tudo de graça: direção, colaboração, e eu o

No entanto, “havia mãos novas e hábeis”, como escreveu Machado.⁹² Assim, cresceu o espaço de Francisco Alves no Rio de Janeiro. O português que chegara à capital fluminense aos 14 anos, em 1863, para trabalhar com Nicolau Alves, seu tio, na Livraria Clássica, soube expandir-se nos negócios. Adquiriu experiência, tornou-se sócio na firma e tempos depois era proprietário, época em que se naturalizou brasileiro. Ampliou e reinaugurou a editora em 1897,⁹³ mesmo ano de fundação da Academia Brasileira de Letras, para a qual viria deixar, em 1917, sua herança. Alves teve a habilidade de aumentar o catálogo com edições escolares, ramo em que obteve grandes lucros. Pontos diferenciais, nesse sucesso, foram suas relações com agentes da Educação, como Teófilo das Neves Leão, professor e secretário da Instrução Pública do Rio de Janeiro, bem como com outras peças fundamentais desse sistema escolar: os docentes autores, os quais tinham prerrogativas para adoção de suas obras no sistema educacional.⁹⁴

Nesse sentido, Francisco Alves foi mais articulado do que Garnier, e soube abrir um pouco mais a mão e angariar em torno de si um grupo bastante qualificado. Segundo Aníbal Bragança,⁹⁵ os contratos de Alves com os seus autores eram

mandei plantar batatas”. Acervo da Biblioteca Oliveira Lima, Catholic University of America, Washington, apud LEMOS, op. cit., 2019.

⁹² ASSIS, Machado de. *Pai contra mãe*. Disponível em <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/11-textos-dos-autores/793-machado-de-assis-pai-contra-mae>>. Acesso em 3 jan. 2019.

⁹³ Francisco Alves, nesse evento, contou com discurso de Sílvio Romero, que além de ser seu editado na casa, era compadre. Cf. LIVRARIA Francisco Alves, op. cit.

⁹⁴ Segundo o Código de Ensino de 1901, em seus artigos 34 e 35, os docentes tinham esse benefício na elaboração de compêndios, sendo a impressão custeada em até três mil exemplares pelos cofres públicos. Essa mesma parte da lei indica outras vantagens no plano de carreira dos professores autores, tais como prêmio e percentuais crescentes em proporção ao tempo de serviço.

⁹⁵ BRAGANÇA, Aníbal. *O rei do livro*: Francisco Alves na história do livro e da leitura no Brasil. São Paulo: Edusp; Niterói: LIHED/UFF, 2016.

mais vantajosos, o que lhe garantiu não só a excelência, mas também uma boa quantidade de autores. João Ribeiro, Sílvio Romero, José Veríssimo, Olavo Bilac, Manoel Bomfim, só para citar alguns, foram homens de letras que conseguiram almejadas publicações, sem perder esse filão rentável do segmento didático que lhes proporcionava “o rei do livro”,⁹⁶ Francisco Alves.

⁹⁶ Idem, *ibidem*.

Fios invisíveis: a proveitosa rede de contatos

[...] *o pedido que fiz da nomeação do Dr. Tobias Barreto para juiz municipal desta a bem do partido.*⁹⁷

(Barão de Frecheiras)

O provérbio português “mais se esquentam quem mais perto está do fogo” pode ser aplicado para tratar das relações sociais que resultam em benefícios de diversas ordens. Pistolão ou peixada⁹⁸ já eram termos usados há muito tempo, inclusive dentro de nosso recorte cronológico, para fazer referência a esses favorecimentos. Se hoje não nos são desconhecidos, provavelmente é porque a prática também não se extinguiu. Somos de há muito tempo uma sociedade, como acertadamente afirmou Roberto da Matta, em que a pessoa – notória, distinta e reconhecida pelos laços pessoais que lhe abrem as mais variadas portas no convívio social –, e não o indivíduo – impessoal, igual aos demais e reconhecido pelo mérito – é valorizada socialmente.⁹⁹

A literatura, sempre perspicaz arte, tratou do tema várias vezes e com maestria descrevendo a capital fluminense. Em 1882, o conto “Teoria do medalhão”, de Machado de Assis, foi

⁹⁷ Carta de Antônio dos Santos Pontual, primeiro e único barão de Frecheiras, ao senador pernambucano Luís Filipe de Sousa Leão. Essa correspondência, pertencente ao acervo do IHGB, tem data de 27 de dezembro de 1880 e não teve seu pedido atendido. Tobias nunca ocupou tal função. Aliás, em agosto de 1881, depois do cerco à sua casa, deixou a comarca de Escada (PE) com destino ao Recife, onde se estabeleceu definitivamente com receio das ameaças de morte feita pela família da esposa. Cf. LEMOS, op. cit., 2019.

⁹⁸ Os termos aparecem em diversas cartas da época. Cf. Idem, ibidem.

⁹⁹ MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

expondo com precisão esses jogos de cenas que, muitas vezes, firmam em pedestais gente dotada “da perfeita *inópia mental*”.¹⁰⁰ Talvez um dos textos mais aprazíveis de se ler seja o célebre “O homem que sabia javanês”, de Lima Barreto, nosso ácido e inteligente escritor. O autor de *Os bruzundangas*, assim como Machado, bem soube expor com humor aquele começo de século XX, em que a boa indicação associada à desmedida desenvoltura poderiam dar sombra a quem estivesse na posição sortuda.¹⁰¹

Um bilhete, uma carta mais formal e/ou uma conversa privada eram instrumentos em que se cavavam nomeações e guaridas naquele tempo quase sem concursos. Aliás, os que ocorriam tinham também suas histórias eivadas de favorecimentos. Benefícios como cartas reservadas de um componente de comissão examinadora para a autoridade que assinaria o ato;¹⁰² escrutínios das congregações docentes, que faziam, por exemplo, o último colocado saltar para o topo da lista; ou comissões julgadoras não tão imparciais assim, feitas por amigos de longa data de algum candidato.

Entretanto, nem todo amparo era com vistas a um cargo público, pedido de grande monta. Havia ações corriqueiras e menores, como a indicação para ingressar em alguma agremiação literária ou o pedido para que houvesse uma dose extra de parcimônia para algum examinando que tivesse padrinho forte. Quem atendia, certamente, esperava deixar um favor de crédito para ser também atendido quando precisasse.

¹⁰⁰ ASSIS, Machado de. Teoria do medalhão. In: _____. *Papéis avulsos*. Rio de Janeiro: Garnier, 1882, p. 48.

¹⁰¹ BARRETO, Lima. O homem que sabia javanês. In: _____. *Melhores contos*. Seleção de Francisco de Assis Barbosa. São Paulo: Global, 2006; *Os bruzundangas*. Porto Alegre, LP&M, 1998.

¹⁰² O concurso de Sílvio Romero para o anexo da Faculdade de Direito do Recife teve uma carta reservada que desmerecia o sergipano que fora o primeiro colocado. A nomeação não se deu devido à anulação do concurso. Cf. LEMOS, op. cit., 2019.

Não havia como ficar alheio a esses jogos de favores e interesses. Quem não fosse um dos beneficiários, haveria de ser um dos prejudicados. Fazer certas concessões e participar desse sistema significava defender a si mesmo, aos seus e ao pão cotidiano. Afinal, se era essa a política do momento, por que não? Uma chefia de departamento, uma direção de órgão, um pedido para ser examinador remunerado em alguma banca, uma solicitação por um filho ou conhecido não são incomuns.

O circuito dos homens de letras, portanto, pertencentes à nação mínima, formava esse bloco de relações sociais que garantiam ascensão. Nele, as esferas literária, docente e política se tornavam muitas vezes uma massa única. Para transitar com fluidez, era necessário ter à mão atenções, cortesias e algumas doses de dissimulação. Isso se desvela, por exemplo, nas publicações jornalísticas com laudatórias resenhas sobre obra de pessoa influente, destoando com o que encontramos nos arquivos. Nessas caixas, aparecem cartas a amigos íntimos a tecer comentários nada elogiosos acerca dos atributos intelectuais, mérito literário e caráter pessoal sobre os mesmos figurões das letras, mostrando-nos a enorme distância entre o que se diz em público e no privado, bem como as nuances do preço a pagar para ter boas relações. Era um jogo em que não se passava incólume. A busca por uma legitimidade social, um amparo e uma achega era um complicado mover de peças em que cada elemento de uma boa rede de contatos garantia vantagens com acenos e favores que circulavam fora do olhar público.

Epílogo

As breves notas a compor este texto refletem uma tarefa investigativa sobre a relação da História da Literatura no Brasil e a sua força advinda da esfera educacional. Essa análise resultou em perceber que, no esboço de campo literário do entresséculos, a questão do ensino foi peça fundamental na consolidação de autores e obras no cânone literário, mas, graças à instrução, o próprio gênero História da Literatura no Brasil firmou-se. Primeiramente com Fernandes Pinheiro que, na condição de desbravador tanto na produção de livros didáticos sobre o tema, quanto na posição de primeiro docente da cadeira de Literatura Nacional, foi um ícone do período romântico a ser substituído pelos sucessores, com destaque por essa busca Romero e Veríssimo, que se utilizaram das mesmas estruturas e espaços de que ele lançou mão em busca de legitimação social. Dessa maneira, a legitimação de cânones efetuada por meio de compêndios e obras mais robustas de História Literária, utilizadas na Educação, engendrou um construto de Literatura Brasileira a ser seguido.

Outro ponto que reforça a consolidação da História Literária é a de que ela foi um eficaz meio de afirmação intelectual na segunda metade do século XIX e início do XX, por ser um entrelugar da Arte e da Ciência, uma vez que amealhava as Belas Letras e o cientificismo pertinente à narrativa histórica. Essa estratégia congregava esses dois territórios e garantia um capital de cultura letrada a quem os articulasse.

As Belas Letras, como também era denominada a Literatura, asseguravam, ao homem de letras da primeira metade do XIX, um espaço diferenciado, uma distinção que, mesmo com a ascensão de ideias científicas da segunda metade do século, não perderam valor. O cientificismo, fortalecido no

Brasil por volta de 1870, agregou um novo predicativo à ideia de distinção social.¹⁰³ Ser científico era ser superior. Atividades científicas, a partir de então, estavam ligadas a uma ideia civilizatória, que ganhou maiores impulsos nos fins do XIX e início do século XX. Nesse amálgama das peculiaridades do entresséculos, a Educação foi ponto nevrálgico para a consolidação não apenas do gênero História da Literatura, mas, sobretudo, para garantir notoriedade a autores desse gênero, que se valeram disso para garantirem proeminência e legitimação, mas também para serem as vozes instituidoras de cânones da Literatura Nacional. Cânones que demandam ser revisitados, questionados e ampliados. Isso, porém, é prosa para uma outra discussão.

¹⁰³ SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; FINEP, 1979.

Sobre o autor

Wagner Gonzaga Lemos nasceu em Recife, em 1978, porém desde 1992 está radicado em Aracaju (SE), de onde provém seu lado materno da família. Incorporou-se a Sergipe, não só na vivência, mas também na produção acadêmica.

Na graduação de Letras Português-Inglês, na UFS, sob orientação de Leônia Garcia Costa Carvalho, na iniciação científica, desenvolveu a pesquisa “Ideias estéticas de Tobias Barreto: os fundamentos da poesia condoreira”; em duas especializações também escreveu sobre Sergipe, em Língua Portuguesa e Linguística (Faculdade Amadeus, Aracaju/SE), com orientação de Taysa Mércia Damaceno, tratou da função conativa no Recopilador Sergipano, primeiro jornal do estado; na especialização em Língua Portuguesa e Literatura (Faculdade São Luís de França, Aracaju/SE), pesquisou sobre a prosa de Amando Fontes, com a orientação de Sara Rogéria dos Santos Barbosa.

No mestrado, na UFS, sob orientação de Afonso Henrique Fávero e coorientação do de Luiz Eduardo Meneses Oliveira, trouxe à luz a dissertação *No ocaso do Império, um projeto de nação: Sílvio Romero e a “História da Literatura Brasileira”*.

Já no doutorado em Literatura Brasileira, na USP, sob orientação de Ricardo Souza de Carvalho, desenvolveu a tese *Literatura, Ensino e Legitimação: Sílvio Romero e José Veríssimo em combate*, trabalho indicado pelo Programa de Pós-graduação em Literatura Brasileira da USP para representá-lo no biênio 2018/2019 no Prêmio Antonio Candido da ANPOLL. No pós-doutorado do Instituto de Letras da UERJ, sob supervisão de Carmem Negreiros, desenvolve a pesquisa *Euclides da Cunha sob arguto olhar: um estudo inédito de Sílvio Romero*.

No que se refere à carreira profissional, atuou em diversos segmentos da educação em escolas das redes pública e privada, com destaque para ensino médio e preparatórios ENEM, além de pós-graduação de faculdades. Atuou como professor do ensino básico técnico e tecnológico, no Instituto Federal de Pernambuco e no Instituto Federal de Sergipe. Migrou, contudo, para o magistério superior, e integra o corpo docente do Departamento de Letras da UNEB, regendo a cadeira de Literatura. É líder do Grupo de Pesquisa em Literatura e História (CNPq/UNEB).

Pertence à Rede Europeia de Brazilianistas em Análise Cultural (REBRAC) e ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Nesta última instituição, atua como editor suplemento cultural *Mandacaru*.

Sua produção bibliográfica se compõe das obras Antologia escolar da *Literatura Brasileira: prosa & poesia* (2008), com apresentação do escritor Moacyr Scliar; *Sergipe entre Literatura & História* (2021), obra vencedora de edital da Secretaria de Estado da Educação e Cultura para distribuição nas escolas e bibliotecas públicas; *Tempo de mangaba*, obra de crônicas reunidas contemplada pela Lei Aldir Blanc, e *Sílvio Romero e José Veríssimo em combate*, pela Editora da UNEB, e *ABC de Sergipe* e *Esparsos inéditos de Sílvio Romero*, obras contempladas em edital da Lei Paulo Gustavo, havendo ainda *A menina que colhia estrelas*, livro infantil pertencente ao catálogo da Companhia Editora de Pernambuco e que conta a vida da astrônoma brasileira Duília de Mello. No segmento do cordel, seu livreto de maior destaque é *Redação para o ENEM – cordel didático*, sob o selo da Editora Engenho da Palavra. Em 2021, foi-lhe conferido por unanimidade pela Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe o título cidadão sergipano.



Em 2025, o LABELLE — Laboratório de Estudos de Literatura e Cultura da Belle Époque — completa uma década de atividade ininterrupta, seja na forma de eventos acadêmicos, seja na forma de artigos e livros, parte deles disponibilizada no portal eletrônico. Durante esse período, numerosos pesquisadores nacionais e estrangeiros se somaram a este grupo de pesquisa, colaborando decisivamente para o resgate de obras, o diálogo com a crítica e a renovação das perspectivas de estudo. Para celebrar nosso aniversário, a coleção Ensaios Labelle - 10 Anos dá a público livros autorais produzidos por diversos colaboradores, membros do laboratório. Fica aqui o convite para que os leitores conheçam e divulguem esses e outros trabalhos.

Visitem: <https://labelleuerj.com.br/>

